

São Paulo, v.1, 2023

0
1

CADERNOS ABPCOM

Mídia Cidadã na interface com a Educação



Associação Brasileira de Pesquisadores
e Comunicadores em Comunicação
Popular, Comunitária e Cidadã



Rfb
Editora

CADERNOS ABPCOM
Mídia Cidadã na interface com a
Educação



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Maria Cristina Gobbi
Luzia Mitsue Yamashita Deliberador
Ingrid Gomes Bassi
Mariana Ferreira Lopes
Rozinaldo Antonio Miani
Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior
Suelen de Aguiar Silva
(Orgs.)

Volume 1

CADERNOS ABPCOM: Mídia Cidadã na interface com a Educação

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA,
CEP 66035065

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Souza
Diagramação
Worges Editoração
Capa
Organizadores

Revisão de texto
Autor
Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos
Produtor editorial
Nazareno Da Luz

DOI: 10.46898/rfb.f229dd9e-1a01-4b08-bbf9-89655fa4fbfb

Catálogo na publicação
Elaborada por **Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

C122

Cadernos ABPCOM: mídia cidadã na interface com a educação - Volume 1 /
Organizadoras Maria Cristina Gobbi, Luzia Mitsue Yamashita Deliberador, Ingrid
Gomes Bassi, et al. – Belém: RFB, 2023.

Outros organizadores: Mariana Ferreira Lopes, Rozinaldo Antonio Miani,
Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior, Suelen de Aguiar Silva.

124 p., fotos.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5889-522-0

1. Educação. 2. Letramento. 3. Cidadania. I. Gobbi, Maria Cristina (Organizadora).
II. Deliberador, Luzia Mitsue Yamashita (Organizadora). III. Bassi, Ingrid Gomes
(Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof^a. Dr^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dr^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
LETRAMENTO MUDIÁTICO: INSTRUMENTALIZAÇÃO FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	13
CAPÍTULO 2	
COMCOM UNB: A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESTUDANTIL PARA A MOBILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	33
CAPÍTULO 3	
ESPAÇOS DE DIÁLOGO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS COMUNITARISTAS A PARTIR DA PUBLICIDADE SOCIAL NA CAMINHADA JANE'S WALK EM NOVA FRIBURGO	63
CAPÍTULO 4	
REVISTA IMPRENSA JOVEM: BREVE RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	83
CAPÍTULO 5	
EDUCOMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: FORMAÇÃO CIDADÃ PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	99
ÍNDICE REMISSIVO.....	117
SOBRE AS/OS ORGANIZADORAS/ES.....	118

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que a Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã lança a primeira edição dos seus Cadernos. Esta coletânea inicial, cujo tema é Mídia Cidadã na interface com a Educação, foi construída com a proposta de registrar e compartilhar experiências e reflexões sobre a cidadania comunicativa. A publicação é fruto da construção coletiva de saberes e vivências vindas de diferentes regiões do Brasil, que fortalecem o esperar de Paulo Freire, cujo centenário celebramos em 2021, e também a comunicação educativa de Mario Kaplún, que neste 2023 completa 100 anos.

Em Letramento midiático: instrumentalização fundamental para o exercício da cidadania, Priscila Romero Sanches, doutoranda em Comunicação da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho e docente da Universidade Estadual de Londrina, discute propostas de leitura crítica da mídia assumidas por diferentes países. Ao analisar projetos e programas em contextos como Alemanha, Bélgica, França, Finlândia e Inglaterra, a autora reforça a necessidade de implementação de políticas públicas no Brasil voltadas ao fortalecimento da cidadania comunicativa, especialmente em um cenário de desordem informacional como o que temos fortemente vivenciados.

Ao longo de suas duas décadas de existência, o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Comunicação Comunitária da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília vem construindo um espaço democrático de reflexões e ações sobre o direito à comunicação e a comunicação popular, alternativa e comunitária. A experiência do Programa e o relato dos projetos desenvolvidos são abordados no capítulo ComCom UnB: a construção de um programa de formação estudantil para a mobilização e intervenção social, escrito

por Milena Marra, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAC/UnB, pelo docente e coordenador do Programa, Fernando Oliveira Paulino, pelos extensionistas, Luiggi Oliveira Fontenele, Patrícia Bezerra Pereira, Ester Macedo Lira, Gabriella Castro Braz Landim, Isabella Valenza Diniz Moreira, Larissa Barbosa da Silva e Juliana Monção Camões Pinto Dias.

Suelen de Aguiar Souza, docente da Universidade Estácio de Sá, compartilha, no capítulo Espaços de diálogo e a construção de novas perspectivas comunitaristas a partir da publicidade social na caminhada Jane's Walk em nova Friburgo, aspectos da pesquisa sobre publicidade social, cultura e sustentabilidade comunitária no âmbito do projeto de extensão homônimo. Baseada na observação da caminhada mundial Jane's Walk realizada no município fluminense, o relato apresenta possibilidades de construção de relações sociais e de ação conjunta na perspectiva comunitarista.

Revista Imprensa Jovem: Breve relato de uma experiência de ensino, pesquisa e extensão no contexto da Educação e Comunicação, de autoria da docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, Camila Escudero, do Coordenador do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Carlos Alberto Lima, e dos estudantes e pesquisadores do PósCom da Metodista de São Paulo, Adriana Cristina do Amaral, Érica R. Gonçalves, Natalhe Garcia Costa, Patrícia Pêcego e Vanessa Krunfli Haddad, apresenta o processo de produção da Revista Imprensa Jovem. Trata-se de um projeto de intervenção educ comunicativo, fruto de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que tem por produto final uma publicação semestral elaborada por estudantes do Ensino Fundamental I e II, cujo fazer tem por base tanto princípios da Educomunicação como da Educação para

a Transformação. Os autores relatam sobre o percurso de elaboração das três edições iniciais da Revista IJ.

A experiência de formação educacional para o desenvolvimento sustentável realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, e o Instituto Juruá, na Amazônia Ocidental, foi o tema do capítulo assinado pelas pesquisadoras Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira; Clara Machado; Renata Kelly Silva; Adriana Ribeiro e Andressa Scabin. Em Educomunicação na educação não formal: formação cidadã para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, as autoras defendem a contribuição da práxis educacional e da própria Comunicação aos objetivos de aprendizagem da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e, por consequência, às 17 metas globais estabelecidas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. As reflexões são construídas com base na proposta de intervenção vivenciada com jovens de comunidades extrativistas no Médio Juruá.

Boa leitura,

CAPÍTULO 1

LETRAMENTO MUDIÁTICO: INSTRUMENTALIZAÇÃO FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA¹

Priscila Romero Sanches²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895220.1

1 Trabalho apresentado inicialmente no GT1 - Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2022, de 19 a 21 de outubro de 2022 - realizada pela ABPCOM - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Programa e Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM-UEL.

2 Docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Dr. Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

RESUMO: A habilidade de leitura crítica das mensagens publicadas pela mídia em veículos de comunicação e nas redes de relacionamento social online é imprescindível na atualidade. Como boa parte das atividades da vida cotidiana tem migrado para a internet, o cidadão precisa ser capaz de utilizar as ferramentas de acesso ao ciberespaço e compreender o endereçamento das mensagens nele compartilhadas. O letramento midiático é previsto por países democráticos como Brasil, integrantes do bloco europeu, Inglaterra e Estados Unidos, em suas políticas de ensino regular, porém, nota-se uma falta de programas oficiais que tratem deste assunto. Neste artigo, por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, buscamos apresentar a sinalização dos governos para que projetos de letramento midiático sejam desenvolvidos e ao mesmo tempo a falta de políticas públicas unificadas neste sentido. Observamos uma prevalência de programas e projetos que são desenvolvidos por jornalistas, professores, organizações não governamentais e sociedade civil organizada. Estas entidades perceberam a importância da capacidade crítica da leitura de mídia para a preservação da democracia e de um ambiente seguro para os usuários da internet e estão cumprindo um papel que deveria ser desempenhado pelos governos.

Palavras-chave: Leitura de Mídia; Letramento Midiático; Políticas Públicas; Comunicação Cidadão; Democracia.

INTRODUÇÃO

A capacidade de ler, analisar, avaliar e interpretar as mensagens de notícias, filmes, propagandas, *games*, novelas, séries e livros é o que os estudiosos chamam de *Media Literacy*, em tradução livre para o português Literacia de Mídia. Sarmento e Junior (2021) observam que são diversos os termos utilizados pelos pesquisadores para tratar deste tema, são eles: Educomunicação, Mídia-e-

ducação, Alfabetização para a Mídia, Literacia Midiática, *Ciberliteracy*, *Media Literacy*, e assim por diante. Para centralizar a discussão, usaremos neste ensaio os termos leitura de mídia e letramento midiático para designar esta formação crítica do cidadão, que o capacita a compreender o mundo que o cerca com uma lupa preparada para detectar mensagens constantes das entrelinhas da informação.

No caso do universo digital, a complexidade do conceito é ampliada devido à multimodalidade dos conteúdos veiculados. Num único ambiente, encontra-se conteúdo em texto, áudio, vídeo e arte com diferentes conotações e aplicações. Às vezes, uma mesma informação pode ter sua compreensão complementada em cada um dos formatos, como ocorre nas narrativas transmidiáticas, que propõem a assimilação integral de informação a partir da leitura do tema em suportes diferentes. Ao finalizar o texto, a pessoa assiste um vídeo, depois navega por um carrossel de fotos e encerra o assunto com a interpretação de um meme (PORTO-RENÓ et al., 2015).

A leitura de mídia na internet compreende os sites e blogs de meios de comunicação que propagam notícias, plataformas digitais que se subdividem em *streaming* de áudio e vídeo, compras online e relacionamento social digital. A multiplicidade de assuntos tratados e a multimodalidade de formatos torna o letramento midiático no ciberespaço um desafio. As pessoas precisam primeiramente ter capacidade técnica para utilizar computadores, tablets ou *smartphones*. Uma segunda exigência é o conhecimento para interpretar mensagens que vão da compreensão sobre intencionalidades em notícias, sexualização da linguagem, discursos de ódio, segregação, consumismo e diversidade cultural, de gênero e social (SARMENTO; JUNIOR, 2021).

Este ensaio busca analisar estudos que discutem a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao ensino da leitura de mídia no Brasil, Europa, Inglaterra e Estados Unidos, elencando

alguns trabalhos em desenvolvimento nesta área e refletindo sobre a necessidade de que as iniciativas neste setor tenham uma maior uniformidade governamental. Utilizamos como ferramenta a revisão da literatura e a análise de alguns documentos oficiais dos países e bloco econômico citados (GIL et al., 2002). Damos início pelo apontamento dos motivos pelos quais o letramento midiático da população é necessário, frente aos desafios democráticos de liberdade de expressão e acesso de todos à informação para o exercício da cidadania.

COMO A LEITURA DE MÍDIA É IMPORTANTE PARA A PRESERVAÇÃO DA DEMOCRACIA

Um dos maiores problemas é capacitar os usuários da rede mundial de computadores para identificar informações enviesadas, postadas como notícias, conhecidas por *fake news*, ou, simplesmente, desinformação. No Brasil, uma pesquisa feita pelo Instituto Data Senado (2019) demonstrou que 83% dos usuários da internet brasileira já identificaram alguma notícia falsa publicada online. Quando a pesquisa é estratificada por faixa etária, percebe-se que há uma redução na capacidade de identificação da notícia falsa conforme a faixa etária aumenta, como demonstra a figura 1:

Figura 1: Pesquisa DataSenado sobre Desinformação



Fonte: DataSenado (2019)

Os idosos são vítimas frequentes do disparo de *fake news* porque estão em processo de adaptação ao desenvolvimento tecnológico. Muitos não dispõem de letramento midiático mínimo, como a capacidade de utilização das tecnologias da informação sem auxílio. Outros têm alguma habilidade com os equipamentos tecnológicos, mas lhes falta aptidão interpretativa das mensagens midiáticas. O próprio Estatuto do Idoso (2003) prevê que o acesso à internet é parte integrante e necessária para o exercício da cidadania, mas falta, novamente, uma política pública universalizada no sentido de proporcionar aos idosos a instrumentalização para deter o letramento midiático na internet. Pesquisas apontam que os idosos compartilham sete vezes mais desinformação do que os jovens (ESTABEL; LUCE; SANTINI, 2020).

O estudo do Data Senado (2019) ainda revelou que o grau de instrução do indivíduo também influencia na sua capacidade de identificação de desinformação. Entre aqueles que não completaram o ensino fundamental, 67% disseram que conseguiram identificar alguma notícia falsa nas redes sociais. Já entre os indivíduos que cursam ou terminaram a faculdade, 92% afirmaram serem capazes de identificar desinformação na internet. Pelo resultado do levantamento infere-se que a instrução regular dá ao cidadão a capacidade de reagir à desinformação de forma mais efetiva. O Plano Nacional de Educação (PNE), possui 20 metas, que compreendem a elevação do grau de instrução dos brasileiros, porém, nenhuma delas trata especificamente da educação para a Leitura de Mídia (BRASIL, 2014).

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada ao ensino fundamental e médio, é clara quanto à criação de ferramentas que utilizem o letramento midiático como forma de construir cidadãos para “atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc” (BNCC, 2017, p. 69).

O BNCC cita a necessidade de que os indivíduos compreendam a diferenciação entre discursos de ódio e argumentação crítica no debate de ideias no ciberespaço. O documento ressalta que os cidadãos estão sendo formados para uma realidade de trabalho imersa na cultura digital e precisam estar instrumentalizados para exercer suas funções técnicas e sociais neste ambiente.

O BNCC (2017) elenca sete competências que os alunos devem desenvolver no letramento midiático que compreendem:

1. capacidade de ler e interpretar as mensagens dos conteúdos das mídias, com o objetivo de ampliação da participação no discurso online;
2. exercitar a cidadania por meio de argumentações que respeitem os direitos humanos, a dignidade, a empatia e a resolução de conflitos sem uso da violência;
3. instrumentalização para o uso de linguagens digitais na busca pelo protagonismo no ciberespaço;
4. capacitação histórico, política e social para analisar o contexto das discussões e fazer a defesa de pautas pessoais e coletivas contra o preconceito e a segregação;
5. respeito à diversidade em processos de produção e práticas de sentido corporais como expressão de valores e identidade;
6. desenvolvimento de apreço pela diversidade cultural apresentada no ciberespaço como resultado da multiplicidade social e artística, característica da multiculturalidade do globo;
7. instrumentalização técnica para o exercício de qualquer atividade laboral, social ou artística no universo digital.

O que se verifica no Brasil é que as iniciativas de letramento midiático, para atender ao BNCC (2017), são disseminadas, embora, em escalas locais, resultado do esforço de profissionais da educação ou da mídia. Falta, no entanto, a criação de um currículo comum que possa ser aplicado formalmente em todas as unidades de ensino, independentemente de sua localização geográfica. A discricionariedade na implementação de iniciativas pode gerar discrepâncias no desenvolvimento de projetos e disciplinas, referentes ao letramento midiático.

Uma análise da aplicação de práticas para a leitura de mídia, em escolas municipais do Rio de Janeiro, feita por Duarte, Milliet e Migliora (2019), mostrou que 90% das unidades de ensino utilizam materiais da mídia para a educação, mas pouco empregam conteúdo das redes sociais digitais. Além disso, a produção midiática dos próprios alunos é mínima. As unidades educacionais, geralmente, dispõem de poucos recursos tecnológicos, o que dificulta etapas do letramento midiático, principalmente as voltadas à capacitação técnica dos estudantes para lidar com dispositivos avançados.

Em 2016, o professor Ismar de Oliveira Soares, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), coordenou um painel no Senado Federal para demonstrar a importância da educação para a leitura de mídia. Em entrevista a Viana (2017), Soares pontua que desde 2011 a Escola de Comunicação e Artes da USP oferece a Licenciatura em Educomunicação, que capacita profissionais a somarem os conhecimentos em educação e comunicação, utilizando-os tanto em espaços de mídia, como em âmbito de instrução regular. O curso nasceu após 15 anos do pedido inicial à ECA/USP para sua implantação, fruto de anos de pesquisa e trabalho na área.

No Brasil, o Comitê Gestor da Internet (CGI) dispõe de um braço, o Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br), que trabalha a inclusão da sociedade para o desenvolvimento da Web, na busca por formular políticas públicas de inclusão e educação para uso das novas tecnologias digitais. O Ceweb promove pesquisas, cursos online e palestras que visam a capacitação no uso da tecnologia. Em um levantamento feito com crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos, que englobou o período de 2005 a 2020, notou-se que 18% da amostra não dispunha de acesso à internet em casa em 2019, o que correspondia a 4,8 milhões de indivíduos. Com o fechamento de escolas e centro

comunitários, em virtude da pandemia de Covid-19, a partir de 2020, esta população ficou desassistida (KIDS, 2020).

No caso de domicílios sem rede de internet de banda larga, a solução utilizada é o acesso por rede móvel, via celular. A pesquisa Kids (2020) faz a ressalva de que estes usuários, que dispõem apenas de acesso por *smartphone*, têm menor capacidade funcional e crítica, já que a utilização da internet neste formato é limitada. A pandemia, porém, fez com que estudantes fossem obrigados a desenvolver habilidades para o emprego das TICs na educação. Nota-se, no entanto, que o evento sanitário revelou ainda mais disparidade entre as classes sociais, já que usuários frequentemente presentes na rede são capazes de lidar melhor com a tecnologia, enquanto excluídos digitais somam dificuldade na compreensão da linguagem e ferramentas *high tech*. O abismo educacional entre ricos e pobres se aprofundou ainda mais.

INICIATIVAS BEM-SUCEDIDAS VOLTADAS AO APRENDIZADO DA LEITURA DE MÍDIA

Uma das formas de incentivar a criação de projetos de letramento midiático vem sendo feita pela UNESCO, que desde 1970 financia e premia projetos ligados ao tema. A UNESCO reconhece a capacitação para a leitura de mídia como um direito humano. Em 2020, o professor brasileiro Carlos Lima recebeu o Prêmio Aliança para Mídia e Informação, pelo projeto “Imprensa Jovem”, que analisa artigos de mídia. “A iniciativa ajuda professores e alunos com atividades curriculares e fora da grade curricular sobre educação a distância, e o uso da mídia no ensino” (UNESCO, 2020).

Na Europa, outro projeto, criado pela rede Insafe, busca trabalhar temas voltados principalmente ao *ciberbullying* e *sexting*, que são as mensagens de cunho sexual envolvendo crianças e adolescentes. O Dia da Internet Segura reúne 200 países, no Brasil, o dia 8 de feverei-

ro foi escolhido como marco para palestras e ações em busca de uma web mais segura, porém, as atividades não se limitam a esta data. A SaferNet Brasil (2022) oferece ainda conteúdo online sobre conscientização para a leitura de mídia em plataformas de redes sociais, Manual de Segurança Digital, Cartilha para Pais e Educadores na Prevenção do Suicídio na Internet, além de promover eventos e discussões com jovens para a utilização consciente da rede. A iniciativa tem apoio do Ministério Público Federal (MPF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Associação Brasileira da Internet (Abranet).

Em vários países integrantes da União Europeia o letramento midiático é uma realidade no currículo escolar. Porém, novamente, em aplicações diferenciadas e discricionárias de profissionais que trazem para si a responsabilidade de aplicação de projetos voltados ao tema. As iniciativas têm objetivos díspares entre os países do bloco. Zhang et al. (2020) constataram que cada nação tinha um propósito particular quando se tratava do endereçamento dos programas para o desenvolvimento de uma real habilidade na leitura de mídia.

A Alemanha busca capacitar seus estudantes a entenderem as mensagens propagadas pela mídia e como utilizam mecanismos para gerar audiência; enquanto a França desenvolve um olhar crítico dos alunos para a mídia na identificação de intencionalidades. Os pesquisadores notaram que falta uma estratégia única de aproximação com o tema e muitas das iniciativas são desenvolvidas de forma solitária por professores preocupados com este ensino aos alunos. Na Finlândia, por exemplo, educadores têm a discricionariedade para escolher como vão tratar a leitura midiática em sala. Com isso, demonstra-se que a instrução do docente em leitura de mídia é fundamental para que este conhecimento seja difundido (ZHANG et al., 2020).

Dimensões técnicas e teóricas precisam ser implementadas em treinamento continuado. A Comissão Europeia reconhece que a geração contemporânea é a mais exposta a informação ao longo da história, porém, isso não a torna capaz de imediatamente identificar desinformação ou então, deixar de participar de campanhas de disseminação de *fake news*. Em 2018, a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) incluiu no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), questões referentes à capacidade dos estudantes de identificarem notícias falsas, tal a importância da temática na atualidade (MCDUGALL, 2018).

Na Alemanha e na Bélgica, o projeto *Lie Detectors* trabalha conceitos que tornam os estudantes capazes de identificar desinformação e os torna leitores críticos da mídia. O trabalho é desenvolvido em escolas, com crianças e adolescentes de 10 a 15 anos. Outro projeto em ação na Bélgica é o *Forbidden Facts* que analisa as intencionalidades por trás da disseminação das *fake news*. Planos de aulas são disponibilizados aos professores para trabalharem os conceitos em sala de aula. A ONG *Facing History and Ourselves* disponibiliza também conteúdo educativo para docentes checarem a veracidade de informações obtidas online (MCDUGALL, 2018).

Para endereçar teorias da conspiração, na França, a associação *Entre Les Lignes*, criada por profissionais da agência France-Presse, com apoio do Le Monde, promove seminários e oficinas com estudantes e professores, na busca por desenvolver a leitura crítica das notícias e checagem de informação. Na Finlândia, *Faktanas Fiiktos* é o nome do projeto criado por jornalistas para auxiliar estudantes com a leitura de mídia, na busca por reduzir o índice de descrédito com a imprensa profissional, que vinha crescendo no país. A ação movimentou, em 2017, 120 profissionais, que trabalharam com 7.000 alunos (MCDUGALL, 2018).

Na Inglaterra, a BBC lançou em 2018 o *School Report*, que oferece mentoria online, presencial e a promoção de eventos com jornalistas da rede de comunicação estatal para projetos de leitura de mídia. Jogos eletrônicos e vídeos são materiais utilizados para a abordagem do tema com os estudantes. O país vem trabalhando desde o *Communication Act*, de 2003, para implementar políticas públicas de tratamento midiático. No mesmo ano foi criado o *Office of Communication* (2022), que funciona como agência reguladora dos serviços de comunicação no país. Além disso, o *Ofcom* promove pesquisas para monitorar o grau de instrução das pessoas referente à utilização das novas tecnologias.

O estudo feito em parceria com a *National Literacy Trust* (2018) demonstrou que apenas 2% dos estudantes que estavam no primário tinham a capacidade de identificar desinformação na internet. A *Commission on Fake News and the Teaching of Critical Literacy Skills*, que é encabeçada pela *National Literacy Trust* vem fazendo uma análise sobre a compreensão, principalmente das crianças, a respeito do conteúdo postado na internet. Quase a metade dos alunos (49,9%) reportou que se preocupa por não conseguir identificar desinformação. Como resultado desta situação, 60,6% dos estudantes informaram que têm dificuldade de acreditar na mídia. Cerca de 53,5% dos professores acreditam que falta no currículo escolar ferramentas que ajudem os alunos a identificar este tipo de conteúdo.

No caso da Inglaterra, Polizzi (2017) observou que enquanto o currículo escolar é construído a partir de referências extraídas de professores, estudantes, pais, empregados em educação e pesquisadores, falta uma expertise de especialistas em TI e profissionais da própria mídia para avançar em disciplinas ligadas à leitura de mídia digital. O autor elenca uma série de profissionais que poderia contribuir para uma melhor compreensão do estudante sobre o ecossistema

de internet, como bibliotecários, web designers, analistas de sistemas e especialistas em inteligência artificial. O currículo poderia ser voltado à compreensão dos alunos de como a informação flui na internet e qual o papel da rede na formação do cidadão. Porém, este conteúdo foi sistematicamente negligenciado por anos.

Wallis e Buckingham (2019) relembram que a leitura de mídia digital estava prevista para entrar no currículo regular da Inglaterra desde o início dos anos 2000, quando a internet despontava como fonte de informação essencial. Porém, até 2016, pouco se avançou na temática. Mcdougall, Redman e Wilkinson (2018) conduziram um estudo de 10 semanas (*The Digital Families*), na Inglaterra, com professores, alunos e suas famílias, no uso de suportes digitais e conteúdos de mídia para ensino. Os pesquisadores buscavam entender a importância da tecnologia na aprendizagem, como utilizar os suportes tecnológicos como ferramentas aplicadas à educação e ainda de que forma os indivíduos empregavam a tecnologia e a informação extraída no ciberespaço em seu cotidiano.

Apesar do currículo escolar tradicional ser um entrave para a leitura de mídia e uso das novas tecnologias, terceiros espaços, comunitários, poderiam ser desenvolvidos no ambiente escolar com esta finalidade. Durante a pesquisa, notou-se que os estudantes ressignificavam a utilização dos suportes tecnológicos. As novas práticas de aprendizagem levavam ao desenvolvimento de produção midiática, contação de histórias na escola e em casa. As experiências utilizando letramento de mídia, narrativa transmídia, *storytelling* e abordagens incluindo *games*, autorrepresentação, curadoria de conteúdo digital, proporcionavam aos alunos engajamento cívico e mobilidade social (MCDUGALL; REDMAN; WILKINSON, 2018).

Para Bulger e Davison (2018), a capacidade do indivíduo de ler e interpretar o conteúdo que acessa no ambiente digital é condição

básica da manutenção da democracia. Em 2016, a Cambridge Analytica, uma empresa inglesa, comprou os dados de 87 milhões de usuários do Facebook. Estas informações foram utilizadas para modular algoritmos para disseminar mensagens que influenciassem eleitores a votar em Donald Trump, para a presidência dos Estados Unidos. Uma mesma mensagem de campanha chegava a ter até 50 versões diferentes para abarcar todo o público.

Logo após as eleições de 2016, várias instituições estadunidenses levantaram a proposição de implementar iniciativas que tornassem as pessoas capazes de fazer a leitura crítica do conteúdo digital. Os projetos englobaram várias frentes de trabalho, que estão detalhadas no quadro 1:

Quadro 1: Iniciativas voltadas à leitura de mídia nos Estados Unidos

Grupos envolvidos	Iniciativas	Ações propostas
Jovens	PBS NewsHour Student Reporting Labs	Ensino de técnicas televisivas para que os alunos pudessem contar suas histórias
	Youth and Media - Berkman Klein Center	Trabalho conjunto das áreas de Psicologia, Etonografia, Sociologia, Educação e Mídia em pesquisas voltadas a diversos temas, inclusive leitura de mídia
	USC Annenberg School for Communication and Journalism e MIT Media Lab	Trabalho voltado à cultura participativa na produção de conteúdo com narrativa transmídia para plataformas digitais

Professores e desenvolvedores de currículo escolar	Media Education Lab at the University of Rhode Island	Promove eventos voltados à leitura de mídia para educadores, produz ferramentas para que os professores utilizem em sala de aula e projetos de contraturno e ainda publica material de pesquisa
	National Writing Project, National Council of Teachers of English, National Council for Social Studies e American Library Association	Formam redes de educadores em programas de treinamento e conferências, encontrando novas formas de ação em ensino para a leitura de mídia
	New York Times Learning Network, Washington Post's Newspapers in Education	Oferecem recursos sobre credibilidade da informação, utilização das fontes e produção midiática para utilização em ensino
Pais e responsáveis	The Parenting for a Digital Future	Promove estudos na monitoria e preocupação dos pais sobre o conteúdo digital que os filhos acessam para entretenimento e educação
	The Joan Ganz Cooney Center	Conduz estudo sobre a respostas dos pais aos hábitos de consumo de mídia das crianças
	Building Healthy Relationships with Media	Guia criado pela <i>Association for Media Literacy Education</i> para auxiliar pais e responsáveis em leitura de mídia para seus filhos
	KQED, Common Sense Education, ConnectSafely, the Center for Media Literacy e Net Family News	Produz materiais educativos como referência para pais na instrução dos filhos com relação à leitura de mídia e cidadania digital

Fonte: elaborado pela autora com base em Bulger e Davison (2018)

A leitura de mídia auxilia na formação de pessoas capazes de compreender as entrelinhas das notícias, conscientes de seus direitos e

deveres com a sociedade, consumidoras responsáveis e cidadãos conscientes (BULGER; DAVISON, 2018). Estes cidadãos podem contribuir para um ambiente plural de discussão de ideias, que privilegie o debate igualitário. As ferramentas necessárias passam pelas habilidades técnicas para utilização dos equipamentos, capacidade de leitura e interpretação das mensagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento midiático é uma necessidade para a sociedade contemporânea. Saber como lidar com os equipamentos de acesso às mídias online e ter a capacidade de interpretar as mensagens são habilidades fundamentais para o exercício da cidadania. Os países democráticos sabem da necessidade de instrumentalizar a população na leitura de mídia, mas faltam iniciativas governamentais que universalizem os programas de letramento nesta área, seja para crianças ou idosos, que têm dificuldade com as novas tecnologias. Na lacuna estatal, entidades não governamentais, jornalistas e professores têm desenvolvido projetos, porém, sem uniformidade de aplicação de conceitos e aprendizados.

Seja nos Estados Unidos (BULGER; DAVISON, 2018), Inglaterra (POLIZZI, 2020), países do bloco europeu (MCDUGALL, 2018; ZHANG et al., 2020) e no Brasil (DUARTE; MILLIET; MIGLIORA, 2019), programas de treinamento oferecem letramento midiático em escolas, para famílias e grupos, dando ferramentas para a identificação dos indícios de informação distorcida, como lidar com *ciberbullying*, *sexting* ou consumismo online. Títulos sensacionalistas, informações sem fonte, são sinais de alerta, mas não é só isso. Há uma série de capacitações e níveis de conhecimento que precisam estar previstos.

O letramento midiático é um assunto complexo, que não se esgota neste breve ensaio. Apesar de presentes em documentos oficiais e até leis, como é o caso da Plano Nacional de Educação (2014) do Brasil, não conseguimos encontrar ações unificadas governamentais nos territórios pesquisados. Esta é uma preocupação que deve ser mais bem discutida pelos governos democráticos, com currículos uniformizados e aplicação de investimentos em políticas públicas e programas estatais de letramento midiático. O exercício da cidadania depende da capacidade dos cidadãos em lidar com a tecnologia de maneira funcional e interpretativa.

REFERÊNCIAS:

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação**. Ensino Fundamental. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acessado em 06/09/2022.

BRASIL. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá providências. **DOU 26.6.2014**. Edição extra. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acessado em: 06/09/2022.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Brasília: **Casa Civil** [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 06/09/2022.

UNESCO. **Brasileiro ganha prêmio da UNESCO sobre Mídia e Informação**, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/101450-brasileiro-ganha-premio-da-unesco-sobre-midia-e-informacao-2020>. Acessado em 23/03/2022.

BULGER, Monica; DAVISON, Patrick. The promises, challenges, and futures of media literacy. **Journal of Media Literacy Education**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol10/iss1/1/>. Acessado em: 05/09/2022.

SAFERNET. Dia da Internet Segura. **SaferNet Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/site/sid2022/programacao>. Acessado em: 23/03/2022.

DUARTE, Rosália; MILLIET, Joana; MIGLIORA, Rita. Projetos e práticas de mídia-educação nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

ESTABEL, Lizandra Brasil; LUCE, Bruno Fortes; SANTINI, Luciane Alves. Idosos, fake news e letramento informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-15, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1348-5022-1-PB.pdf>. Acessado em 06/09/2022.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KIDS, T. I. C. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil [livro eletrônico] = Survey on Internet use by children in Brazil: ICT Kids Online Brazil 2019/ [editor] **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR**.--. 2020.

DATA SENADO. Mais de 80% dos Brasileiros acreditam que redes sociais influenciam muito a opinião das pessoas, 2019. **Data Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/data-senado/publicacaodatassenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinioao-das-pessoas>. Acessado em 05/09/2022.

MCDOUGALL, Julian et al. **Teaching media literacy in Europe: evidence of effective school practices in primary and secondary education**, NESET II report. 2018.

MCDOUGALL, Julian; READMAN, Mark; WILKINSON, Philip. The uses of (digital) literacy. **Learning, Media and Technology**, v. 43, n. 3, p. 263-279, 2018.

NATIONAL LITERACY TRUST. Fake news and critical literacy: The final report of the Commission on Fake News and the Teaching of Critical Literacy in Schools. **National Literacy Trust**, 2018. Disponível em: <https://literacytrust.org.uk/research-services/research-reports/fake-news-and-critical-literacy-final-report/>. Acessado em 15/03/2022.

OFCOM, Office of Communication, 2022. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/home>. Acessado em: 15/03/2022.

POLIZZI, Gianfranco. Digital literacy and the national curriculum for England: Learning from how the experts engage with and evaluate online content. **Computers & Education**, v. 152, p. 103859, 2020.

PORTO-RENÓ, Denis et al. Narrativas transmídia: diversidade social, discursiva e comunicacional. **Palavra chave**, v. 14, n. 2, p. 201-215, 2011.

SARMENTO, Pedro Faria; JUNIOR, Nilton Gonçalves Gamba. Leitura crítica da mídia pelas crianças: políticas públicas brasileiras e europeias. **Aurora**, v. 14, n. 40, p. 91-109, 2021.

VIANA, Claudemir Edson. Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 26, 2017.

WALLIS, Richard; BUCKINGHAM, David. Media literacy: The UK's undead cultural policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 25, n. 2, p. 188-203, 2019.

ZHANG, Lei et al. Media literacy education and curriculum integration: A literature review. **International Journal of Contemporary Education**, v. 3, n. 1, p. 55-64, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/288211890>. Acessado em 24/03/2022.

CAPÍTULO 2

COMCOM UNB: A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESTUDANTIL PARA A MOBILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Milena dos Santos Marra¹

Luiggi Oliveira Fontenele²

Fernando Oliveira Paulino³

Patrícia Bezerra Pereira⁴

Ester Macedo Lira⁵

Gabriella Castro Braz Landim⁶

Larissa Barbosa da Silva⁷

Isabella Valenza Diniz Moreira⁸

Juliana Monção Camões Pinto Dias⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895220.2

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 Bacharel em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília e extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

3 Professor Doutor da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Comunicação Comunitária (ComCom - UnB). Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC).

4 Bacharela em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília e extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

5 Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual pela Universidade de Brasília (UnB). Extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

6 Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB). Extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

7 Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual pela Universidade de Brasília (UnB). Extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

8 Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Brasília (UnB). Extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

9 Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Brasília (UnB). Extensionista no programa Comunicação Comunitária (ComCom - UnB).

RESUMO: Ao longo dos últimos 20 anos, o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília (UnB) busca praticar ações de comunicação sob uma perspectiva democrática e plural. Este trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência do Programa, considerando a necessidade da ampliação de espaços de reflexão e de discussão política sobre a intersecção da universidade e sociedade. Como núcleo teórico principal, este trabalho baseia-se no pensamento de Peruzzo (2006), Gramsci (1979) e Carvalho (2001). Diante da complexidade apresentada pelo contexto sócio-histórico local, optou-se pela utilização da Hermenêutica de Profundidade para análise deste trabalho, além de levantamento bibliográfico acerca dos pressupostos da comunicação comunitária e da análise das produções do Programa. Com a realização da pesquisa, conclui-se que o Programa contribui para formação sociopolítica dos sujeitos envolvidos, além de possibilitar espaços e meios para a intervenção social.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Universidade; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

O Programa de Ação Contínua Comunicação Comunitária (ComCom) da Universidade de Brasília (UnB) fundamenta-se no conceito de que “mobilizar é convocar vontades para atuar em busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 1996, p.26). Essa base de ComCom está vinculada às primeiras atividades do projeto, cujo surgimento deu-se pela criação da Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária (Ralacoco) - veículo estudantil criado duran-

te uma greve geral deflagrada em 2001 nas instituições federais de ensino superior do Brasil¹.

A fim de expandir as ações da rádio e ampliar a obtenção de recursos, cerca de dois anos após o surgimento da Ralacoco, foi criada a disciplina Comunicação Comunitária na Faculdade de Comunicação da UnB (FAC/UnB). Anos depois, em 2007, o decanato de extensão da UnB aprova o Programa como projeto de extensão. O novo status facilita as questões burocráticas, como solicitação de transporte, a participação e certificação dos estudantes, bem como envio de propostas para editais públicos.

Tendo como objetivo documentar toda a trajetória do Com-Com, assim como entender a importância dele no âmbito do ensino, pesquisa e extensão da UnB, esse trabalho traz relatos de atividades recentes, além de um breve mapeamento dos territórios, instituições e multiplicadores locais envolvidos nas ações do Programa ao longo dos 20 anos de existência. Essas informações foram coletadas a partir de pesquisa biográfica e por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas à distância por conta da pandemia do novo coronavírus.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Se em vários aspectos o Brasil ainda precisa enfrentar os resquícios de uma sociedade organizada e consolidada a partir de uma desigualdade estrutural, em relação à comunicação não é diferente. O cerne das ações de comunicação comunitária, popular e alternativa está principalmente na contrapartida dessa ordem vigente: que tende à uma hierarquia de comunidades, que põe segmentos da população à margem da participação social e dos espaços de discussão pública

¹ AGÊNCIA ESTADO. UnB e UFSC só voltam às aulas em janeiro. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,unb-e-ufsc-so-voltam-as-aulas-em-janeiro,20011210p34448/> Acesso em: 23 de junho de 2020.

e que desconsidera a importância do protagonismo dos indivíduos diante dos processos comunicacionais.

Dentro dessa perspectiva, a experiência do Programa Comunicação Comunitária, ao longo de seus 20 anos de atuação, se relaciona com a necessidade de ampliar espaços de reflexão e de discussão política sobre a intersecção da universidade e sociedade. Além disso, o Programa objetiva adotar práticas de comunicação sob uma perspectiva democrática e plural para a promoção da cidadania, do popular e do coletivo. Princípios como esses são defendidos no pensamento de Peruzzo (2006) quando a autora explica que a comunicação comunitária é um meio de “difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”, para isso facilitando o acesso aos meios de comunicação para exercer o direito à comunicação. Essa noção de emancipação cidadã através da comunicação comunitária conversa com o Programa de Comunicação Comunitária no que diz respeito aos três pilares da universidade: pesquisa, ensino e extensão.

A atuação do Programa envolve alunos, professores, colaboradores e a sociedade civil. Em conjunto, desenvolvem um projeto envolvendo temas relevantes para a comunidade através de meios de comunicação adaptáveis e acessíveis às suas disposições e necessidades encontradas. No projeto, os atores sociais refletem, criticam, questionam e denunciam temas relevantes de suas vivências. De encontro com essas ações, Peruzzo (2006, p.10) afirma que “há que se reconhecer que os meios de comunicação podem contribuir para a educação, não apenas pelos conteúdos que transmitem, mas pelo processo de produção e difusão de mensagens que propiciam”. A autora ressalta as particularidades históricas que fazem da comunicação comunitária uma alternativa para expressão de vivências e necessidades comunicacionais:

Estar aberta à participação ativa dos cidadãos e suas entidades representativas; as pessoas da própria comunidade se revezam enquanto produtoras e receptoras dos produtos comunicacionais; desenvolvimento do processo de interatividade na comunicação; autogerida pelas entidades representativas da própria comunidade; autonomia e livre de ingerências em relação aos órgãos do governo, grande mídia, partidos políticos e seus afiliados etc.; não tem interesses comerciais; oferece possibilidades ilimitadas de inovação de linguagens e formatos de programas; programação sintonizada com a realidade local; temas de interesse local; dirigida a segmentos específicos da população; alcance limitado em termos de cobertura, audiência ou número de leitores; as ações se desenvolvem em torno de interesses comuns; envolve um processo de aprendizado no exercício da democracia e da cidadania” (PERUZZO, 1998, p.152).

A apropriação dos meios de comunicação de massa para difusão de mensagens relevantes às pautas da comunidade e pela reivindicação de direitos é defendida por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 23) como uma produção científica adaptada culturalmente. Portanto, o Programa Comunicação Comunitária incentiva o uso da comunicação para assegurar o direito de comunicar e ser comunicado, sem depender necessariamente das mídias hegemônicas, visto que, segundo o autor (idem, p.23), “experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação, e por isso têm permanecido invisíveis, ‘desacreditadas’”.

Trabalhos como este são especialmente relevantes quando dizem respeito às ações contra hegemônicas, sobretudo em uma sociedade marcada por conflito de interesses. Ressalta-se que, segundo Gramsci (1978) cita que a construção hegemônica é um instrumento fundamental para que se possa aniquilar o pensamento de antagonistas em um dado conflito. Durante a construção da hegemonia, um grupo social dominante pode apropriar-se disso para se manifestar ou dirigir os grupos adversários. Desse modo, o autor explica que “o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em

conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso” (GRAMSCI, 2000, v.3, p. 48).

Sob a perspectiva de Gramsci (1978), as diversas possibilidades de quebra da ordem hegemônica, tais como a comunicação comunitária, não equivalem à ideia substituição de forças. Não são, portanto, uma nova dominação, mas uma resistência à tradicional hegemonia e a própria ideia de arbítrio. Em seu lugar, essas ações apresentam noções humanizadoras que confrontam a ideia de direção cultural pré-definida, neoliberalismo e a ideologia mercantilista da comunicação. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Programa de Comunicação Comunitária, através desse reconhecimento de demandas locais e da construção de estratégias de comunicação democráticas e não-hierárquicas, também promove o sentimento de pertencimento local, de acordo com o contexto em que estão inseridas. Esse vínculo é fundamental ao processo de mobilização social e à interação dos indivíduos, pois gera “um sentimento de reconhecimento e pertencimento capaz de torná-los corresponsáveis (HENRIQUES, 2005, p.23)”.

Dentro dessa lógica, a formação sociopolítica de comunicadores comunitários, populares e alternativos, além da contribuição e do incentivo às intervenções sociais são dadas sobretudo nas estratégias de construção coletiva, além de produção simbólica e de construção de sentido. Ações como de comunicação comunitária vão de encontro à reflexão acerca dos processos de dominação social, assim como a intencionalidade de uma classe em relação às outras. De acordo com Gramsci (1978, p. 65), o processo de desconstrução de hegemonia se dá continuamente na deslegitimação entre classes, comunidades e visões de mundo.

Para que se possa falar de uma prática de comunicação comunitária que efetivamente fortaleça os sujeitos enquanto cidadãos ple-

nos, é preciso considerar que, apesar das significativas contribuições de diversos coletivos e segmentos da sociedade, ainda há um árduo trabalho pela frente. Isso porque “percorremos um longo caminho, 178 anos de história do esforço para construir o cidadão brasileiro”, mas até hoje ainda existe uma “sensação desconfortável de incompletude”. Como cita Carvalho (2002, p.219), “os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer”.

Um aspecto fundamental do trabalho realizado pelo Programa está justamente relacionado à formação de estudantes de graduação e de pós-graduação que participaram da iniciativa ao longo do tempo. As experiências como saída de campo, debates, pesquisas e trabalho em equipe influenciaram a vida profissional e pessoal de quem fez parte do programa, seja como professores, estudantes, comunidades e atuantes na área da comunicação, contribuindo para a formação de cidadão e profissional. A coordenação do Programa estima que cerca de 1300 universitários de cursos como Comunicação, Medicina, Administração, Contabilidade e Engenharia, dentre outros, participaram da disciplina Comunicação Comunitária e/ou de oficinas ou cursos desenvolvidos pelo Programa desde sua fundação.

Esse diálogo entre os estudantes facilita o contato com a comunidade e o repasse do que se aprende na universidade. Um dos resultados do trabalho desenvolvido por ComCom é o kit audiovisual “Trilhas Sociais” feito ao longo de um ano de oficinas com jovens do ensino fundamental, médio e universitários de agronegócios e ciências naturais do campus da UnB em Planaltina - iniciativa que contou com o apoio do Ministério da Educação (MEC), e fomentado pelo antigo Ministério da Cultura (MinC).

Ao longo dos anos de atuação do programa Comunicação Comunitária, o conhecimento coletivo de demandas locais, debates

e construção de estratégias e ideias de comunicação permitiram um vínculo fundamental para o processo de mobilização social e maior interação entre os indivíduos, aspecto que caracteriza um sentimento de pertencimento da comunidade relacionado ao local em que vivem. Baseando-se na ideia de que “o resgate do passado de uma cidade contido nos centros urbanos implica lidar com vários tempos: o da cidade que se vê e a da que não se vê, oculta e esquecida” (PESAVENTO, 2008, p.6), as ações como a criação da websérie “Minha Planaltina”², que foi desenvolvida por extensionistas de ComCom, cujo o objetivo era documentar o relato de moradores a respeito do espaço que habitam, possibilitando a valorização e o reconhecimento da comunidade em relação à história do local como patrimônio, “entendido como ‘coisa nossa’, como um bem herdado, portador de um valor identitário e erigido em padrão de reconhecimento para um povo” (PESAVENTO, 2008, p.4).

Para o desenvolvimento deste trabalho, 18 pessoas foram entrevistadas com a intenção de investigar condições e singularidades no que tange à formação sociopolítica e as intervenções possíveis dentro do período de participação em ComCom. As entrevistas ocorreram entre os dias 20 de abril e 03 de maio de 2020 de maneira remota devido à pandemia do novo coronavírus, concluída essa etapa foram feitas as decupagens e classificações das falas dos(as) entrevistados(as) em categorias desenvolvidas a partir das respostas. Por se tratar de entrevista semiestruturada, haviam perguntas pré-estabelecidas mas, no momento da entrevista, poderiam ser elaboradas outras questões que se adequassem melhor aos perfis das(os) entrevistadas(os) visando tornar a pesquisa mais completa.

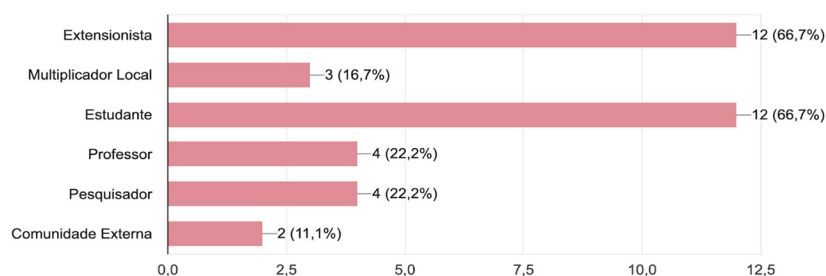
² Websérie disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=xiffotnPlxU&list=PLNj32Rxs_7WhxhYHfXv3SJK6AkYHxTSP1
PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.6, jan./jun., 2008.

O perfil dos entrevistados, de acordo com a Figura 01, é constituído principalmente por estudantes que cursaram a disciplina Comunicação Comunitária ofertada semestralmente na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília e por estudantes que atuaram no âmbito da extensão no Programa de Ação Contínua Comunicação Comunitária (ComCom), do mesmo departamento. De maneira mais detalhada: 02 entrevistados se envolveram com Com-Com somente por meio da disciplina ofertada, como estudantes; 01 se envolveu somente como extensionista; 01 apenas como professor da disciplina; 01 como multiplicador local; 02 como multiplicadores locais e como comunidade externa; 07 como estudantes da disciplina e extensionistas; 01 como extensionista e pesquisador; 03 como estudantes da disciplina, extensionistas, pesquisadores e posteriormente professores da disciplina. Do total de entrevistados, 16,7% mantém contato com o programa, 50% mantém contato parcial e 33,3% não mantém contato.

Buscando compreender o impacto das experiências em Com-Com, foram desenvolvidas perguntas que apontaram para indicativos relacionados ao vínculo com as comunidades de atuação, formação acadêmica e até mesmo exercício da cidadania pois, tratando-se de comunicação comunitária, esta deve ser pensada com base no que Peruzzo (2008, p.2) cita como um desenvolvimento democrático “por grupos subalternos em comunidades, bairros, espaços on-line, por exemplo, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade.” Ou seja, está absolutamente relacionada à concepção de Direito à Comunicação e, na prática, demonstra um caráter cidadão, de pertencimento, autonomia e aprendizado.

Figura 01 - Gráfico com perfil dos entrevistados



De maneira geral, os resultados da amostra apontaram para experiências positivas em ComCom quanto às questões colocadas.

COMCOM EM CAMPO

Feita a apresentação dos fundamentos e o impacto do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília em um grupo de participantes, passamos agora à sistematização de experiências que vêm sendo vivenciadas em diferentes projetos. São elas: a história da Ralacoco e do Dissonante; as oficinas de comunicação e educação realizadas na região administrativa de Sobradinho - DF; a pesquisa-ação desenvolvida com jovens da região administrativa da Fercal -DF, as ações em torno de educação midiática com jovens no Instituto Federal de Brasília - IFB; o Nossas Vozes no Paranoá-DF, projeto de mobilização social com jovens em situação de conflito com a lei; a pesquisa de iniciação científica sobre comunicação popular, comunitária e alternativa e os trabalhos de conclusão de curso.

RALACOCO/ DISSONANTE

Tendo como base a ideia de que comunicação comunitária exige a participação ativa do cidadão “como protagonista da gestão

e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania” (PERUZZO, 2006, p.10), é possível citar o Dissonante³, uma plataforma de rádio-web que surgiu a partir da necessidade de ampliação da Rádio Laboratório Comunicação Comunitária. Nele, é possível qualquer pessoa ou grupo criar sua rádio web livre. Segundo os criadores do Dissonante, os bacharel em jornalismo Leyberson Lelis e Pedro Arcanjo:

É uma tentativa de se pensar e de se fazer uma Comunicação que seja livre, horizontal, dialógica e não-hierárquica, possibilitando que comunidades, físicas ou não, apropriem-se da internet e de tecnologias de baixo custo para a ação direta na transformação da realidade social do meio em que vivem (PEDROSA, MATOS, 2007).

A Ralacoco é uma iniciativa que surgiu da necessidade dos estudantes de se mobilizar a favor da democratização da comunicação. Em 2001, durante uma greve estudantil na Universidade de Brasília, o projeto ganhou mais repercussão e passou a mobilizar pessoas de dentro e fora da comunidade acadêmica. Ao falar sobre as tensões políticas e culturais do período, o foco da rádio sempre esteve pautado nas preocupações sociais visando o interesse comunitário. Os estudantes que participavam do projeto ofereciam oficinas formativas para grupos situados no Distrito Federal que tinham como objetivo a capacitação e conscientização quanto ao uso dos meios sonoros para a expressão.

Nesse período, a rádio realizava transmissões por meio de uma antena FM e, depois disso, passou a ser transmitida exclusivamente pela internet via servidor Dissonante (<http://www.dissonante.org/>). Com a ascensão das plataformas de *streaming* de áudio, passou a ser crescente a busca por conhecimento acerca de dispositivos de produção sonora e o funcionamento das plataformas para o desenvolvimento de podcasts.

Tendo isso em vista esse cenário, em meados de 2019, a Ralacoco criou um estúdio de difusão nas principais plataformas e foi aberta uma chamada pública para convocar estudantes, coletivos, organizações não-governamentais e demais organizações da sociedade civil para produzir e difundir conteúdos em áudio dos mais variados gêneros, com duração entre 5 (cinco) e 60 (sessenta) minutos. Essa chamada tinha por objetivo valorizar a diversidade cultural, a pluralidade e a inclusão social. Como forma de expandir locais de diálogo e proporcionar oportunidades de fala para comunidade, o espaço da Ralacoco foi utilizado para produção de podcasts permitindo que alunos de diversos cursos, professores e membros da comunidade pudessem gravar os próprios programas e disponibilizar nas várias plataformas existentes. Os produtos tinham como temas educação, antropologia, música, notícias sobre a Universidade, entre outros escolhidos por cada participante.

A inclusão das produções do Estúdio Ralacoco no *streaming* possibilitou melhor engajamento do trabalho desempenhado pela extensão e gerou a criação de cerca de sete programas, dentre eles: Voz Indígena, Arranha ou Toca, Divã das Duas, Educom e Papo UnBês. Mais recentemente, durante o período pandêmico, foram discutidas propostas de três novos programas que se baseiam no contexto educacional, na perspectiva de comunicação e saúde e nas reflexões críticas sobre o ambiente comunicacional, que envolve rádio, televisão, cinema e internet. Dessa forma, a equipe tem se empenhado na realização de oficinas virtuais de capacitação dos extensionistas envolvidos e reuniões de discussão de pautas.

OFICINAS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR DE SOBRADINHO/DF

Dentre as ações desenvolvidas pelo programa Comunicação Comunitária, há também a promoção de oficinas para comunidades que estão ligadas, de alguma maneira, aos projetos da ComCom. Nesse contexto, recentes oficinas em Sobradinho foram ministradas por estudantes universitários a estudantes de Ensino Médio de uma escola pública do Distrito Federal, o Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho (CEM01).

As oficinas fizeram parte de pesquisas científicas de dois dos participantes de ComCom – aqui já mencionados, Luiggi Fontenele e Patrícia Bezerra. A pesquisa dos dois estudantes se orientou pela relação entre a Comunicação e a Educação, com a intenção de observar como as tecnologias de comunicação são utilizadas no contexto escolar. Essa pesquisa foi desenvolvida com diretrizes teóricas e práticas, tendo como referenciais teóricos nomes como Paulo Freire e Cílicia Peruzzo. Em vias práticas, questionários e entrevistas foram realizadas com a comunidade acadêmica, além de, certamente, a realização do ciclo de oficinas que é aqui referido, que levou o nome de Projeto Educom – além da participação dos autores Luiggi e Patrícia, no Projeto Educom, participantes de ComCom foram convidados para compor a equipe.

O intuito das oficinas foi promover a alfabetização midiática, a fim de impulsionar a participação e mobilização social de estudantes em diferentes aspectos da cidadania. Por isso, as oficinas foram pensadas não somente para o ensinamento de técnicas relacionadas à Comunicação, mas, também, com a combinação de temáticas relacionadas à Cidadania. Por exemplo, uma das oficinas ministradas correspondia a Podcast (Técnica) e Participação Social (Temática).

Após toda a estruturação teórica e a organização das oficinas em técnicas e temáticas, o ciclo de oficinas no CEM 01 de Sobradinho teve o primeiro encontro em setembro de 2021 e finalizou o projeto em novembro do mesmo ano. Foram feitos cinco encontros remotos com os estudantes da escola. A modalidade remota havia sido adotada por conta das medidas de distanciamento social, no entanto, no último encontro, com a volta de algumas das atividades presenciais da Universidade de Brasília, a equipe teve a oportunidade de planejar um encontro presencial, o qual desempenhou o papel de encerramento do projeto Educom.

O último encontro foi especial para ambos os lados, ComCom e estudantes do CEM 01, pois, além das oficinas em conjunto com os estudantes, uma exposição fotográfica foi desenvolvida. Este encontro foi dividido em dois momentos: no primeiro foram ministradas oficinas de zine, fotografia e vídeo, e, no segundo momento, os estudantes colocaram em prática o que aprenderam e fizeram diversas fotos do ambiente escolar e de seus colegas, tendo o apoio da equipe ComCom quando necessário. Esse momento foi considerável, pois a maioria dos estudantes nunca haviam tido experiências com câmeras fotográficas, todavia, fizeram fotos repletas de sutilezas técnicas e subjetivas. Uma exposição fotográfica desenvolvida a partir do projeto Educom foi premiada na Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação - EXPOCOM Centro-Oeste 2022 e agora concorre na etapa nacional do congresso.

Figura 02 - Oficina no CEM 01 de Sobradinho



Fonte: Projeto Comunicação Comunitária

PESQUISA-AÇÃO NA COMUNIDADE FERCAL/DF

A Fercal é uma das 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal e é conhecida, principalmente, por ser rica em calcário, o que levou à instalação de várias fábricas no território. Inclusive, recebeu o nome por conta da Sociedade Fertilizantes Calcários (FerCal) que se localiza na região. Como resultado, houve uma grande oferta de trabalho, logo, muitas pessoas migraram para a região e construíram suas moradias. A Região é dividida em 14 comunidades habitacionais, são elas: Rua do Mato, Bananal, Engenho Velho, Alto Bela Vista, Fercal Leste, Fercal Oeste, Boa Vista, Caatingueiro, Ribeirão, Queima Lençol, Lobeiral, P.A. Contagem, Córrego do Ouro e Sonhém de Cima.

O Programa de Comunicação Comunitária fortalece algumas relações com a Fercal e com os moradores da região, sobretudo com a juventude local. ComCom já realizou oficinas de fotografia, design,

audiovisual e podcast com jovens da Região Administrativa. Além disso, atualmente, atua no campo da pesquisa com a proposta de articular, de forma territorial, a cidadania nessas comunidades por meio de recursos para a mobilização social.

Figura 03 - Visita dos estudantes de Comunicação Comunitária à Fercal



Fonte: Projeto Comunicação Comunitária

O objetivo dessas ações é identificar e analisar a forma de mobilização das comunidades da Fercal. As atividades buscam ainda estimular a mobilização de atores e líderes locais, por meio de atividades para a comunidade, como oficinas de comunicação comunitária e gestão da informação e da comunicação, que podem ajudar na articulação das comunidades. E, por fim, publicar os resultados das pesquisas por meio de produções científicas.

A pesquisa é dividida em três partes, são elas: diagnóstico, mobilização e desenvolvimento de ferramentas comunicacionais. A primeira etapa foi feita por meio de pesquisas documentais, com dados estatísticos, além da realização de entrevistas com grupos focais,

mapeamento das redes culturais e meios comunicacionais da Fercal. Já a segunda fase tem sido a promoção de oficinas sobre os mais diversos temas, como produção audiovisual, imprensa digital, criatividade, além de seminários sobre cidadania e mobilização social. Por fim, na etapa de produção, serão realizadas ferramentas baseadas nos dados coletados anteriormente, além da publicação dos resultados em feiras e mostras culturais.

Com essa cooperação, espera-se parcerias mais fortalecidas com atores locais por meio de uma rede de apoio. Também se espera uma troca de conhecimentos entre professores e estudantes da universidade, produção de cartilhas que podem ser replicadas e usadas para oficiais e projetos futuros, além de participação de diversos eventos, seminários e concursos para apresentar os resultados obtidos no estudo.

PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA JOVENS NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB

Ao longo do primeiro semestre de 2022, o Programa de Comunicação Comunitária (ComCom) participou de uma série de oficinas em conjunto com os alunos do Curso Técnico em Eventos do Ensino Médio do Instituto Federal de Brasília (IFB). O objetivo dos encontros foi sempre o de trazer questionamentos como o uso excessivo das redes sociais, importância de checar notícias para não cair em Fake News, bastidores da produção jornalística e o que é a Educação Midiática, assim como mais detalhes sobre a área da Comunicação Social em geral.

Os alunos têm idades entre 14 e 17 anos. Além das oficinas, foram promovidos bate-papos, pesquisas em sala de aula e visitas técnicas aos espaços da Universidade de Brasília (UnB). Os encontros

foram ministrados por participantes das ações de Extensão (Milena Marra, Luiggi Fontenele e Juliana Monção) e também contaram com a participação de nomes importantes da comunicação, como Fred Ferreira (TV Globo), Darcianne Diogo (Correio Braziliense), Celimar de Meneses (Portal Metrôpoles), Pedro Alves (Portal G1), Marcelo Vinícius de Oliveira Santos (Jovem de Expressão) e Fernando Paulino (coordenador do projeto Comunicação Comunitária da UnB).

Os encontros aconteceram na turma de Oficinas de Práticas de Aprendizagem da área Técnica de Eventos. Elas contaram com o apoio e participação do professor João Vicente, da coordenadora de extensão do IFB Campus Brasília, Rafaela Caetano, da professora Sandra Branchine e da Relações Públicas Renata Monteiro. Além disso, ocorreram ora no IFB Campus Brasília, ora na Faculdade de Comunicação (FAC), com a mediação da equipe de ComCom.

O evento final do projeto foi totalmente organizado e produzido pelos próprios alunos da turma de Eventos do IFB: a escolha do nome, o credenciamento, a cobertura fotográfica, a divulgação nas redes sociais, a transmissão ao vivo para aqueles que participaram remotamente e mais. Com o tema de “Mídia Educativa”³, o evento encerrou o piloto da parceria entre IFB e FAC.

³ O evento foi transmitido ao vivo e a gravação pode ser assistida no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=hUAHjUXIR6M&ab_channel=TVIFB.

Figura 04 - Evento Mídia Educativa

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Esse projeto faz parte de uma vertente importante dentro do Programa de Comunicação Comunitária: a Educação Midiática. O uso das tecnologias tem se tornado cada vez mais comum e educar jovens e adolescentes para utilizá-las é essencial. Construir um senso crítico para conseguir filtrar as demais informações encontradas na internet é fundamental para o uso saudável da mesma. Ademais, o direito à comunicação é um direito humano que precisa ser incentivado.

Por fim, a parceria entre o IFB e a Faculdade de Comunicação (FAC - UnB) visa compreender e pesquisar o que os estudantes de ensino médio pensam sobre questões atuais envolvendo as mídias e a comunicação. Encontrando, por meio dessas percepções, formas de trabalhar conceitos e aspectos importantes na formação de um jovem cidadão independente.

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COM JOVENS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI - PROJETO NOSSAS VOZES NO PARANOÁ/DF

O Nossas Vozes é um projeto que desenvolve ações com crianças e adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de medidas socioeducativas da região administrativa do Paranoá, no Distrito Federal. Feito em conjunto com a Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA), instituição vinculada à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (DF), o projeto busca mostrar aos jovens as possibilidades de autoexpressão por meio do audiovisual.

Para nortear as atividades do projeto, o Nossas Vozes se pauta na questão “De que modo o formato sonoro/audiovisual pode ser utilizado como meios de autoexpressão?”. Os encontros buscam fazer com que os jovens falem sobre as realidades vividas por eles por meio de dinâmicas e diálogos, além de visitas à região administrativa do Paranoá e à Universidade de Brasília (UnB) para promover um intercâmbio de experiências.

Todo o trabalho de oficinas é feito com acompanhamento de uma equipe multiprofissional da UAMA, formada por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais. Por ser ministrado para jovens que ainda não atingiram a maioridade, o projeto não utiliza qualquer imagem dos adolescentes e privilegia atividades apenas em áudio.

Na dinâmica do Nossas Vozes, os encontros presenciais, promovidos às sextas-feiras, se intercalam entre a unidade da Gerência de Atendimento em Meio Aberto (Geama), no Paranoá, e a sala do projeto Comunicação Comunitária, na UnB. As reuniões também têm o objetivo de apresentar a todos os participantes novos cenários e novas realidades. Por isso, há visitação pelo campus Darcy Ribeiro para

que os alunos possam conhecer mais do ambiente universitário e há também visita a pontos da região do Paranoá.

Durante os encontros, os jovens conhecem novas referências de podcasts e obras audiovisuais e são apresentados ao estúdio de rádio de ComCom, onde aprendem as operações de um estúdio e gravam materiais que vão compor o produto final. Além da visita ao estúdio, os alunos passam por diversas oficinas que ensinam o básico de roteiro, montagem e edição. Outro passo importante é a experimentação de aparelhos como microfone de lapela, microfones de estúdio, mesa de som, caixas de som, software para gravação e câmera fotográfica. A ideia é fazer uma experimentação sem regras onde eles possam se familiarizar com os instrumentos e tenham mais confiança na hora de executar funções.

O projeto busca trabalhar ainda com referências musicais dos alunos, especialmente o *rap*. Em uma das semanas de atividades, os jovens têm contato com participantes do Batalha da Escada, projeto de extensão que promove batalhas de *rap* no Teatro de Arena da UnB. Por meio dos encontros, debates e elaboração de um produto colaborativo, o Nossas Vozes busca estimular o protagonismo dos jovens na construção e narração de suas próprias histórias. O intuito do projeto é dar liberdade para que os alunos falem sobre a realidade que vivem e conhecem, mostrando para eles novas alternativas de auto expressão e evidenciando suas potencialidades.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA RELACIONADA À COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA, POPULAR E ALTERNATIVA

Além dos projetos voltados para o ensino e extensão, o Programa de Comunicação Comunitária (ComCom) também influenciou pesquisas científicas publicadas por meio do Programa de Iniciação

Científica (ProIC) da Universidade de Brasília (UnB). Esses resultados de pesquisa em ComCom envolveram a produção de artigos científicos e participação em congressos por todo o Brasil - de forma presencial ou online.

Como exemplo de iniciação científica, houve o Projeto de Pesquisa “Comunicação e Cidadania no Distrito Federal”, que buscou, por meio de uma mobilização social nas e com as escolas, provocar um debate sobre o papel da educomunicação nas instituições escolares e como a comunicação - através das tecnologias de informação e comunicação - pode também contribuir para os processos de apropriação e ressignificação da cultura e patrimônio do DF.

Para o desenvolvimento dessa Pesquisa, os autores Luiggi Fontenele e Patrícia Bezerra contaram com o apoio de outro grupo de pesquisa, intitulado “Comunicação, Educação, Mobilização Social e Acesso à Informação no Distrito Federal e no Distrito de Columbia”, para a aplicação de formulários, atividades e contato com estudantes, diretores e professores de escolas públicas da região norte do Distrito Federal⁴, além de entrevistas com especialistas⁵ da área de Comunicação, Educação e Mobilização Social.

Ainda sob a autoria de Luiggi e Patrícia, o projeto “Comunicação, Educação e Mobilização social: os usos e apropriações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em escolas públicas do DF” analisou como as tecnologias de comunicação e o direito de acesso à informação têm sido indicados e utilizados como instrumentos de mobilização social em escolas de ensino fundamental e médio no Distrito Federal (DF).

4 Região constituída pelas regiões administrativas de Sobradinho, Sobradinho II, Fercal e Planaltina que reúnem 331.726 habitantes, 11,51 % dos 2.881.854 moradores do Distrito Federal, segundo pesquisa de 2018 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques_PDAD_revisado.pdf>.

5 Tais como Sara Pereira, Isaac Roitman, Leda Fiorentini, Mariana Tokarnia e Luma Poletti

Visando contribuir para a construção da autonomia da comunidade escolar em relação aos usos e apropriações das TICs, o Projeto uniu esforços com as ações do “Projeto Educom”, que faz parte do núcleo de extensão de ComCom. Assim, foi possível desenvolver uma metodologia pautada em promover e analisar ações que envolvessem o ensino e a participação ativa dos estudantes de uma escola pública do Distrito Federal⁶ em práticas de educomunicação.

FORMAÇÃO CONTÍNUA DE ESTUDANTES - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao longo dos vinte anos de atuação do Programa Comunicação Comunitária na Universidade de Brasília, foram escritos alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que surgiram a partir das discussões e atividades do projeto. O mais recente desses trabalhos foi apresentado no primeiro semestre de 2022 pelos estudantes de Comunicação Organizacional Luiggi Fontenele e Patrícia Bezerra, intitulado “Estudo de caso das interpretações das práticas educacionais presentes na BNCC”.

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da coleta de dados em uma escola pública de nível fundamental localizada em Sobradinho, região administrativa do Distrito Federal, e da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O problema central do trabalho girava em torno da questão: “Como as equipes pedagógicas de escolas públicas do Distrito Federal interpretam e aplicam no ambiente escolar as questões relacionadas à educomunicação apontadas na BNCC?”. Para responder essa pergunta foram definidos alguns objetivos que nortearam as escolhas teórico-metodológicas de aplicação, sendo estes: i) encontrar na BNCC instruções de conteúdos e práti-

⁶ A escola definida foi o Centro de Ensino Médio (CEM) 01. Localizada na cidade de Sobradinho e popularmente conhecida como “Ginásio de Sobradinho”, a escola mantém vínculo em atividades de educomunicação com o grupo “Projeto Educom”, do Programa de Ensino, Extensão e Pesquisa Comunicação Comunitária, da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

cas educacionais; ii) investigar como professores de linguagens e gestores de escolas interpretam e desenvolvem a educação junto aos estudantes; iii) analisar se existe formação suficiente para que os professores de linguagens possam tratar de educação midiática e educação.

É importante ressaltar que em outros momentos o Programa Comunicação Comunitária já havia feito parcerias com a instituição de ensino em atividades de extensão e pesquisa que desenvolveram questões de acesso à informação, direito à comunicação e mobilização social com estudantes e professores. Esse fato contribuiu na escolha dessa escola de Sobradinho para a aplicação da pesquisa do TCC. Assim, o Centro de Ensino Fundamental 03 (CEF 03) de Sobradinho, possibilitou uma análise de estudo de caso que é representativa no sistema como um todo.

A pesquisa bibliográfica, uma das técnicas de pesquisa escolhida, levou em conta publicações de autores considerados referências brasileiras em Comunicação Comunitária e Educação, além de publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para coleta de dados, também foi aplicado um questionário com os professores do CEF03 e foi realizada uma entrevista semiestruturada com a coordenação pedagógica da escola.

Os resultados do trabalho de conclusão de curso indicam que a Educação está presente na BNCC em competências gerais da educação básica e em específicas da área de linguagens. É possível encontrar pontuações que, apesar de não conter o termo Educação, se relacionam com práticas educacionais. Porém, os resultados também indicam que existe um déficit na formação dos professores, visto que grande parte da amostra não se sente preparada

para ministrar aulas que envolvam as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Como resultados, os professores apontam a falta de recursos materiais como um desafio a ser enfrentado para tratar dessas questões, bem como a falta de interesse dos estudantes. A pesquisa também demonstra que os professores consideram as competências da BNCC que se relacionam com Educomunicação como muito importantes, porém estas não são aplicadas no mesmo grau. Quando questionados sobre a aplicação das práticas educacionais em sala de aula, os professores descreveram ações pontuais e não transversais no currículo. Uma dificuldade relatada é a impossibilidade de flexibilidade de conteúdo nos horários disponíveis para desenvolver projetos mais participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de atores-chave do Programa de ComCom, foi possível identificar atividades do Programa em espaço do centro da capital federal e em regiões periféricas do Distrito Federal, como Varjão, Planaltina, Fercal e Sobradinho I. O Projeto também realizou ações junto à comunidade no Quilombo do Mesquita, situado na Cidade Ocidental (GO) e no assentamento rural Pequeno Willian - localizado próximo à cidade de Planaltina (DF). Para o Projeto, a relação com outras comunidades permite “nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganharmos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentais para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia” (TORO, 1996, p.16).

Partindo do princípio de que a participação é uma aprendizagem. “Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como a melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas” (TORO, 1996, p.15), podemos citar uma atividade na qual ComCom foi um espaço potencializador da liberdade de expressão e produção conjunta de conhecimento.

O Programa de Ação Contínua Comunicação Comunitária (ComCom) atuou diretamente na formação sociopolítica dos atores envolvidos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo desses 18 anos, ComCom contribuiu para ações de intervenção social, envolvendo a sociedade e a universidade, através da promoção de uma comunicação dialógica, democrática, linear e não-hierárquica. Além disso, o senso de pertencimento foi explorado em cada uma das comunidades trabalhadas, reforçando conceitos de cidadania, direitos humanos e alteridade. As entrevistas semiestruturadas, concedidas por sujeitos envolvidos no Programa em diferentes épocas desde sua criação, confirmam esse discurso comunitário de ComCom que, segundo Yamamoto (2008, p.14), “é articulado para recuperar identidades”, neste caso, das comunidades locais.

Contudo, este trabalho apresenta apenas um dos múltiplos olhares sobre o trabalho desenvolvido por ComCom e por iniciativas de comunicação comunitária semelhantes. Da mesma forma, o recorte temporal permite uma avaliação específica de um período, o que sugere o desenvolvimento de trabalhos a partir de outros recortes, programas, atores, perspectivas e objetivos. Além disso, também é preciso que o fortalecimento das ações seja contínuo e coletivo, pois somente assim os resultados de formação sociopolítica contribuirão para uma educação efetivamente emancipadora, fomentando assim as intervenções sociais necessárias. As questões trazidas pelas entrevistas e análises

se reforçam a importância do incentivo às comunicações comunitárias (plurais) e, sobretudo, à educação.

Por fim, ao recontar parte da história do Programa dois aspectos podem ser ressaltados. Primeiro, o fortalecimento de uma proposta de comunicação educativa e educação comunicativa tal e qual colocada por Mario Kaplún, para quem a comunicação e a educação se constituem como processos sociais que contribuem diretamente na formação cidadã dos sujeitos, por meio do diálogo, da participação, da solidariedade, da transformação e da cultura. E segundo, o entendimento sobre o compromisso social assumido pelo profissional e o próprio sentido da extensão universitária – ambos em diálogo com a perspectiva de Paulo Freire –, em sua articulação com o ensino e pesquisa, questão que se faz cada vez mais atual em um contexto de curricularização da extensão vivenciado pelas universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Cadernos do cárcere, v. 3, p. 36-46, 2000.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULINO, Fernando Oliveira, MENDES, Juliana Soares, PEDROSA, Leyberson Lelis. Comunicação Comunitária para a promoção da saúde e da cultura. **Actas de Saúde Coletiva**, vol. 3, n.1, p. 56-63, jan./mar. 2009.

PEDROSA, Leyberson Lelis Chaves; MATOS, Pedro Arcanjo. Projeto Dissonante: faça-rádio-web-você-mesmo: uma experiência de comunicação livre. 2007. 107 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun.,2008

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária [Trabalho apresentado no INTERCOM - 2006] Brasília: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2006.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 33-44, 30 abr. 2009. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

DARCY. **Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília**. Nas Ondas da Cidadania. p. 52, Nº 23, 2019. Disponível em: <http://www.revistadarcy.unb.br/images/PDF/darcy23.pdf>. Acessado em 24/02/2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

TORO, Bernardo. **Comunicação e mobilização social**. Brasília: Editora UnB, 1997.

TORO, J. B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasil: UNICEF, 1996. Disponível em: <http://comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O discurso comunitário: comunidade, sociedade e comunicação. [trabalho apresentado no INTERCOM - 2007] Santos: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2007.

CAPÍTULO 3

ESPAÇOS DE DIÁLOGO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS COMUNITARISTAS A PARTIR DA PUBLICIDADE SOCIAL NA CAMINHADA JANE'S WALK EM NOVA FRIBURGO

Suelen de Aguiar Silva¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895220.3

¹ Professora doutora dos cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo da Universidade Estácio de Sá, campus Nova Friburgo - RJ.

RESUMO: Pesquisa sobre publicidade social, cultura e sustentabilidade comunitária com base na caminhada mundial Jane’s Walk realizada no município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. A metodologia empregada para a intervenção durante a caminhada, além do referencial teórico da publicidade social foi a utilização de técnicas da observação participante com o intuito de observar as principais demandas da comunidade Rui Sanglard, onde ocorreu a caminhada, em termos comunicacionais e de sustentabilidade comunitária e como o presente Projeto de Extensão “Publicidade social, cultura e sustentabilidade comunitária” poderá contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Concluímos, a partir dos resultados preliminares que a comunicação, bem como a publicidade social pode potencializar a construção de relações sociais e a integração entre universidade e comunidade; além disso, proporcionar o direito à cidade e as múltiplas conversas, olhares e possibilidades de autossustenção comunitária sob perspectivas comunitaristas.

Palavras-chave: Publicidade social; Jane’s Walk; Caminhada; Participação; Comunidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos resultados parciais do Projeto de Extensão Universitária realizado pela autora desde o início do semestre 2022.1, cujo objetivo é pesquisar e elaborar alternativas no âmbito da comunicação comunitária, alternativa e popular, mais especificamente acerca das possibilidades comunicativas e de sustentabilidade que a publicidade social pode ofertar para as comunidades no entorno da Universidade Estácio de Sá localizada em Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A partir de uma parceria entre a Agência Experimental de Publicidade e Propaganda (Sapiens) e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

(Teia) da mesma instituição promovemos a caminhada Jane's Walk. A caminhada foi decisória para a escolha da comunidade na qual o Projeto de Extensão da autora intitulado "Publicidade social, cultura e sustentabilidade comunitária", seria realizado.

O referencial teórico da pesquisa em andamento parte da práxis da publicidade social (SILVA, 2005; 2018, SALDANHA, 2021) que permeia o desenvolvimento da pesquisa, mas não se encerra nele, pois partimos do pressuposto da teoria fundamentada em dados (GLASER; STRAUSS, 1967). No entanto, para o recorte apresentado neste trabalho, o foco incide sobre os procedimentos metodológicos empregados durante a caminhada Jane's Walk, ou seja, o referencial teórico da publicidade social, as técnicas da observação participante (PERUZZO, 2003) e a própria metodologia das conversas livres e autônomas preconizadas por Jane Jacobs.

Assim sendo, refletindo sobre o direito à cidade e a participação social nos espaços públicos sediamos no mês de maio de 2022 a caminhada Jane's Walk. O objetivo das caminhadas bem como de nossa participação neste evento foi a construção de relações sociais e a integração entre universidade e comunidade; além disso, proporcionar o direito à cidade e as múltiplas conversas e olhares que podem ser produzidas durante e após o evento. Nesse aspecto entendemos que a publicidade social pode nos ajudar a construir espaços de diálogo e construção de novas perspectivas comunitaristas mediante o direito à cidade e as intervenções urbanas, sonoras e visuais nela produzidas.

Na primeira parte do artigo apresentamos de forma sumária o Movimento Jane's Walk e os seus objetivos. Na segunda parte abordamos a nossa participação durante a caminhada realizada no dia 06 de maio de 2022 no Município de Nova Friburgo – RJ. Na qual observamos como os membros da comunidade se relacionavam com as paisagens sonoras, audiovisuais, bem como as conversas aleatórias surgi-

das na caminhada. Já na terceira parte do presente trabalho esboçamos parte dos resultados obtidos na caminhada com o intuito de elaborar em conjunto com a comunidade, possibilidades de intervenções no espaço urbano que contemplem as paisagens sonoras, audiovisuais bem como a ocupação da comunidade como um direito a cidade e à cidadania, para tanto, escutamos as demandas de vários moradores bem como da representatividade da associação de moradores da comunidade Rui Sanglard.

JANE'S WALK

O Jane's Walk é uma caminhada anual de conversas itinerantes, livres e gratuitas, inspiradas em Jane Butzner Jacobs, conduzidas pela comunidade e parceiros locais que sediam o evento. No primeiro fim de semana de maio de cada ano desde 2007, as caminhadas acontecem em centenas de cidades ao redor do mundo. Além da caminhada ao ar livre ocorre a transmissão simultânea de evento nas redes sociais digitais. Jane's Walk incentiva as pessoas a compartilhar histórias sobre seus bairros, descobrir aspectos invisíveis de suas comunidades e usar a caminhada como uma forma de se conectar com seus vizinhos.

Mas de fato, quem foi Jane Jacobs? Jane Butzner Jacobs nasceu no ano de 1916 numa pequena cidade da Pensilvânia, e se mudou para Nova York com a irmã em 1935, durante a Grande Depressão - conhecida também como crise de 1929 - a maior crise do capitalismo financeira da história dos Estados Unidos.

Depois de formar-se em ciências políticas e economia na Universidade de Columbia, ela começou a escrever para vários meios de comunicação, e foi com uma matéria da revista *Iron Age*, sobre o enfraquecimento econômico da sua cidade natal, Scranton, na Pensilvânia, que ela percebeu o poder de sua voz. Jane Jacobs foi uma jorna-

lista autodidata e também reconhecida como uma grande teórica do urbanismo. No ano de 1944, casou-se e teve dois filhos, James e Ned, e uma filha, Burgin, com o arquiteto Robert Hyde Jacobs Jr. Talvez, essa estreita relação com o marido tenha despertado ainda mais o ativismo de Jane Jacobs na crítica das práticas de renovação do espaço público na década de 1950 nos Estados Unidos.

No ano de 1968 Jane Jacobs tornou-se cidadã canadense, após mudar-se para Toronto, temendo que seus filhos fossem convocados para a guerra do Vietnã. A ativista também tinha grande preocupação com o destino dos bairros das grandes cidades, que a partir dos anos 50 começaram a ser ameaçados por operações de reurbanização e *rodovias* que demoliam não apenas casas, mas também o modo de vida das pessoas. E em defesa do “balé das calçadas” e dos “olhos na rua”, conceitos importantes preconizados por Jacobs, ela passou a promover manifestações públicas, e por conta disso, foi presa mais de uma vez nos anos de 1950 e 1960.

Falar em cidades mais humanizadas, um nome de referência é o de Jane Jacobs. A jornalista estadunidense foi pioneira na proposição de alternativas ao modelo vigente de cidades nos Estados Unidos ao questionar o culto ao automóvel, o desenvolvimento de subúrbios com casas individuais afastados do centro da cidade e lutou pela formação de centros urbanos mais próximos e acessíveis para as pessoas. Sua obra mais conhecida, *Morte e Vida nas Grandes Cidades* (2011), provocou debates dentro e fora do meio acadêmico sobre a relação das pessoas com os espaços públicos. Segundo Jacobs (2011) é justamente a partir de uma perspectiva mais ampla de cidade que os arquitetos e urbanistas podem influenciar questões como segurança, relações sociais, qualidade de vida, sustentabilidade e mobilidade. Conforme Jacobs, compreender a sociedade, seus hábitos, relações e atividades é extremamente necessário para ter bons resultados na mudança de

espaços urbanos. Segundo a autora não se pode ficar restrito aos aspectos técnicos da profissão sem buscar uma formação mais integrada ou aplicar modelos genéricos sem levar em consideração as particularidades de cada lugar.

A primeira é a desvinculação dos espaços públicos e privados, que acontece com a criação de regiões segregadas dentro da cidade – como no caso dos condomínios fechados – e também pela escala das edificações, que reduz o contato físico e visual entre o prédio e a rua – como no caso das torres com a base de fachada cega das garagens. A segunda é o que pode ser chamado de “urbanismo de cenário”. Trata-se dos processos de espetacularização (DEBORD, 1997, [1967]) do patrimônio histórico e cultural visando um público distinto, notadamente sem vínculos efetivos e afetivos com o local. Nesse aspecto, parece oportuno retomar as concepções teóricas de Debord ao apontar a Sociedade do Espetáculo, em outras palavras, a espetacularização, como a síntese de uma crítica ao modo de produção capitalista contemporâneo, sobretudo, relacionando a origem da sociedade espetacular ao momento em que a forma-mercadoria penetra em todos os setores da vida social.

Debord apresenta as modernas condições de produção, ou seja, do capitalismo industrial como fonte do espetáculo, na medida em que passa a ocorrer uma alteração na relação dos seres humanos com o tempo e com o espaço. Particularmente é o que pode ser percebido em muitas comunidades que estão marginalizadas e à parte dos centros urbanos, como se representassem um refúgio humano, ou lixo humano, nas palavras de Bauman (1998). A produção de mercadorias de modo industrial inicia o processo de separação entre o homem e suas reais necessidades, o que Debord (1997 [1967]) aponta como a condição fundamental para a criação do espetáculo.

Ainda nessa linha de raciocínio, segundo Bauman (1999, p.7) ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Parafraçando o autor, os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam — chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados (BAUMAN, 1999, p.7), tal assertiva nos remete a luta e engajamento de Jane Jacobs pelo direto à cidade.

Não obstante, na obra *Globalização: as consequências humanas* Bauman (1999, p. 113) discute sobre o confinamento relacionado às prisões. O confinamento, ao qual se refere é espacial, já que o encarceramento sob variados graus de severidade e rigor, “tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar” (BAUMAN, 1999, p.113). Todavia, nos apropriamos de suas asserções para falar do confinamento dos sujeitos sociais que estão à margem da sociedade devido suas escassas condições de sobrevivência, e acabam, se confinando, se aglomerando nas periferias, como é o caso da comunidade Rui Sanglard.

Os escravos eram confinados às senzalas. Também eram isolados os leprosos, os loucos e os de etnia ou religião diversas das predominantes. Quando tinham permissão de andar fora das áreas a eles destinadas, eram obrigados a levar sinais do seu isolamento para que todos soubessem que pertenciam a outro espaço. A separação espacial que produz um confinamento forçado tem sido ao longo dos séculos uma forma quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença e particularmente à diferença que não podia ser acomodada nem se desejava acomodar na rede habitual das relações sociais. O significado mais profundo da separação espacial era a proibição ou suspensão da comunicação e, portanto, a perpetuação forçada do isolamento (BAUMAN, 1999, p.113).

O isolamento para Bauman (1999) é a função essencial da separação espacial. O isolamento reduz, diminui e comprime a visão do outro. Em outras palavras, as qualidades e circunstâncias individuais que tendem a se tornar bem visíveis graças à experiência acumulada do relacionamento diário raramente são vistas quando o intercâmbio definha ou é proibido. Assim sendo, a caracterização toma então o lugar da intimidade pessoal e as categorias legais que visam a subjugar a disparidade e permitir que seja desconsiderada tornam irrelevante a singularidade das pessoas e dos casos.

O outro, segundo Bauman (1999) lançado numa condição de forçada estranheza, guardada e cultivada pelas fronteiras espaciais estritamente vigiadas, mantido a distância e impedido de ter um acesso comunicativo regular ou esporádico – é além disso mantido na categoria de estranho, efetivamente despojado da singularidade individual, pessoal, a única coisa que poderia impedir a estereotipagem e assim contrabalançar ou mitigar o impacto subjugador da lei – também da lei criminal (BAUMAN, 1999, p. 115-116).

PUBLICIDADE SOCIAL

A humanidade vive um estado acelerado de mudanças em sua trajetória histórica, o fluxo tecnológico é entendido como dispositivo e como modos operante, e os processos comunicacionais são mediadores, e, portanto, sugestionam-se a observá-los à luz de suas singularidades de produção e conexão socioeconômicas. Nesse sentido, faz-se necessário para o agora, os estudos acerca do crescimento da publicidade social dos movimentos sociais, coletivos e comunidades locais (BASSI; SILVA, 2020, p. 675).

A publicidade social está presente na dinâmica comunicacional e socioeconômica de movimentos sociais e grupos organizados,

que se utilizam das ferramentas publicitárias, mas sem necessariamente nomeá-las. Um bom exemplo já estudado pela autora (2018) é o Armazém do Campo criado para publicizar e comercializar os produtos oriundos da reforma agrária com a chancela do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Embora as técnicas de publicidade e propaganda sejam direcionadas para o mercado, isto não significa que estas ferramentas não possam ser utilizadas na comunicação popular, de maneira que sejam adaptadas e transformados numa publicidade social” (SILVA, 2005, p.3-4). E não há nenhum problema nisso, quando a publicidade é utilizada para a auto sustentação do movimento, para o desenvolvimento local, para sustentabilidade comunitária e particularmente para gerir a sua comunicação. E particularmente no caso do Armazém do Campo, para comercializar alimentos livres de agrotóxicos, fomentar a agricultura familiar e propagar a ideia de que alimentação é um ato político. No que tange a relação entre Publicidade e Comunicação Comunitária, Saldanha pontua que ainda que pareçam antagônicas, a Publicidade e a Comunicação Comunitária convergem harmonicamente quando a temática é Publicidade Social (SALDANHA, 2021, p.3).

Nesse sentido, compreender as atividades comunicacionais apenas pela ótica mercadológica da veiculação é de grande fragilidade, já que Sodré considera os impactos da veiculação nas relações sociais, sejam elas de ordem interpessoal ou metacrítica (também denominada crítico-cognitiva.). Percebe-se que o espraiamento e naturalização do aspecto relacional no campo comunicacional restringe e consolida o entendimento da Comunicação à atividade midiática, ligada ao eixo mecanicista, próprio do paradigma funcionalista norte-americano. Entretanto, na mesma arena em que a pressão do processo discursivo enfatiza a centralidade da instrumentalização, emerge uma disputa de narrativa de resistência que não questiona propriamente a técnica, mas sua distribuição desequilibrada a partir de regras estabelecidas e impostas pela cultura dominante. É nesse cenário que crescem, a olhos vistos, as novas vertentes da Publicidade que estão em franca conexão com a Comunicação Comunitária. E é nesse embate do

campo comunicacional que localizamos a Publicidade Social (SALDANHA, 2019, p.4).

Em outro texto (SILVA; FUSER, 2018) pontuamos que a publicidade social pode ser utilizada para difundir ideias, produtos e serviços, principalmente ao ser utilizada como uma ferramenta comunitária. Em nosso entendimento quatro perguntas básicas são necessárias para fundamentar uma publicidade social: Quem somos? Em que acreditamos? Como queremos que nos vejam? O que fazemos?

A seguir elencamos também seis importantes categorias iniciais para o desenvolvimento deste tipo de publicidade. São elas: comunidade; vínculo; marca; organização; território e negócio social. Estas categorias apresentadas podem atuar em conjunto, ou isoladamente, isso vai depender do nível de organização de determinado movimento e/ou comunidade. A publicidade social utilizada como uma ferramenta comunicacional comunitária pode auxiliar no desenvolvimento autossustentável de um meio comunitário dentro de uma comunidade, por exemplo. Pode contribuir com a geração de vínculos entre os membros de uma comunidade ao criarem, por exemplo, uma marca do local. E, assim, podem promover os produtos desenvolvidos pelos moradores e fomentar a circulação do dinheiro na comunidade.

Além disso, a publicidade social pode contribuir com a organização da comunidade em termos de desenvolvimento local, de cuidado com os bens públicos gerenciados pelo coletivo. Outra perspectiva importante é a noção de território que pode ser resgatada, tanto o físico quanto o simbólico, no qual o sujeito passa a se perceber e a ser percebido dentro daquele local como sujeito de sua história, e assim, passa a valorizá-lo. Por último, mas não menos importante é a noção de negócio social formado pelo coletivo. A publicidade pode ajudar na divulgação dos produtos e na construção de marcas que expressam

o valor ou valores daquela localidade, e conforme mencionado existe a geração de riqueza que vai circular dentro da comunidade.

Apesar do quesito financeiro e de autossustentação dos meios comunitários ser um complicador para a continuidade de seus trabalhos, existem muitos aspectos positivos na prática comunicacional dos movimentos. Segundo Peruzzo (2004) dentre esses aspectos positivos apresentam-se, por exemplo, a diversificação dos instrumentos, apropriação de meios e técnicas, conquista de espaços, conteúdo crítico, autonomia institucional, articulação da cultura, elaboração de valores, formação das identidades, mentalidade de serviço, preservação da memória, democratização dos meios e a conquista da cidadania. Assim, a comunicação dos movimentos representa um campo rico em significação em termos políticos e culturais. Adiante apresentamos como a Caminhada Jane's Walk corroborou para a nossa reflexão de ampliar a discussão e desenvolver a pesquisa participante sobre a publicidade social na comunidade Rui Sanglard.

CAMINHADA JANE'S WALK EM NOVA FRIBURGO

Ao refletir sobre o direito à cidade e a participação social nos espaços públicos a partir do trabalho desenvolvido pelo Teia em conjunto com a Associação de Moradores da comunidade Rui Sanglard, percebemos o quanto seria importante participar da Caminhada Jane's Walk em Nova Friburgo. O evento foi realizado no dia 06 de maio de 2022 no bairro Rui Sanglard, localizado na região serrana, no município de Nova Friburgo e desde a tragédia ocorrida no ano de 2011 vem sofrendo inúmeros problemas sanitários, econômicos e sociais.

Aproximadamente 100 pessoas participaram da caminhada desde os moradores, às lideranças comunitárias, bem como a imprensa local e a Universidade Estácio de Sá representada por docentes,

discentes e os laboratórios supracitados. Notadamente, o bairro Rui Sanglard possui um alto índice de criminalidade, falta recursos básicos, como saneamento básico, escassez de água e espaços de lazer que possam ser ocupados e compartilhados pelas crianças e demais moradores. Assim como muitas comunidades localizadas no estado do Rio de Janeiro, esta é a representação do descaso do poder público.

O Escritório Modelo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá (Teia) está desenvolvendo um projeto arquitetônico e paisagístico, sem fins lucrativos, que compreende a área de lazer com quadra poliesportiva e academia ao ar livre para a Comunidade Rui Sanglard.

Para tanto, a ideia de realizar a caminhada serviu para que a comunidade pudesse falar inicialmente de suas demandas, ou seja, da ocupação dos espaços há muito abandonados pelo poder público local. Mas como sabido, as Caminhadas Jane's Walk não tem o propósito de debater um assunto específico, mas sim de proporcionar conversas aleatórias, itinerantes.

Todavia, a caminhada e a mobilização dos alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Publicidade e Propaganda motivou a autora a focar o Projeto de Extensão em andamento "Publicidade social, cultura e sustentabilidade comunitária" para além da divulgação e cobertura do próprio evento. O objetivo da caminhada realizada bem como de nossa participação foi a busca da construção de relações sociais e a integração entre universidade e comunidade; discutimos sobre o direito à cidade e, principalmente, vivenciamos as múltiplas conversas e olhares entre a vizinhança que puderam ser produzidos durante a caminhada, como veremos mais adiante.

De acordo com Peruzzo (2003, p. 9) a pesquisa participante se define como aquela baseada na interação ativa entre pesquisador

e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplo de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento, com a finalidade de transformar o povo em sujeito político. Todavia, a observação participante é uma modalidade de pesquisa participante e possui algumas características das quais pinçamos duas para elucidar a nossa investigação.

A primeira característica diz respeito ao comportamento do pesquisador durante a pesquisa, ou seja, ele se insere, participa de todas atividades do grupo pesquisado, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo, acreditando ser a melhor forma de poder captar as reais condições e sentimentos do investigado (PERUZZO, 2003, p. 10).

A segunda característica diz respeito a autonomia do pesquisador. A comunidade ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações dadas ao observado (PERUZZO, 2003, p. 11).

Apesar da segunda característica da observação participante apontar por uma formulação de objetivos por parte do pesquisador buscamos durante a caminhada um olhar atento, mas ao mesmo tempo disperso em relação a uma busca por um objeto de pesquisa específico, pois compreendemos que a própria caminhada apontaria para uma cartografia comunicacional (SILVA, 2013) da comunidade. Tendo em vista, talvez, uma pesquisa-ação, caso sentíssemos alguma inclinação por parte da comunidade.

Então, seguimos a metodologia preconizada pelas caminhadas que precisam ser conduzidas a partir de conversas livres, autônomas e independentes. Assim o fizemos, e fomos aos poucos entendendo as necessidades mais urgentes daqueles sujeitos sociais. No que tange a publicidade social tentamos captar como a agência poderia intervir e ajudar na sustentabilidade comunitária e cultural daqueles moradores. No entanto, apenas observamos e seguimos da caminhada, ora conversando e escutando um, outra conversando e escutando outro, sem intervenções.

Figura 1- Caminhada Jane's Walk Nova Friburgo



Durante a caminhada Ecléa Morais, coordenadora do Teia - EMAU - Unesa/NF, afirmou que o projeto pretende atingir os 6.000 moradores da comunidade. Ainda segundo Morais (2022):

As caminhadas de Jane's Walk aproximam a universidade da vida cotidiana e urbana das comunidades inspirando um olhar

que acontece através da alteridade, da escuta e principalmente da troca com a comunidade, buscando espaços mais democráticos e afetivos.

Já a professora Alícia Romero, doutora em Urbanismo UFRJ e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unesa explica a importância dessa experiência *in loco* para os trabalhos de pesquisa:

Ao se fazer um estudo, muitas vezes nos baseamos em fotografias, livros e vídeos. Esses recursos, embora importantes, filtram experiências naturais essenciais como os cheiros, a temperatura, a umidade, a textura do solo, a brisa. Estas informações ficam veladas pela ferramenta de registro. Para uma apropriação adequada próxima de um coletivo humano, uma comunidade, é fundamental uma observação próxima um contato de pele e de todas essas nuances que as nossas ferramentas supermodernas não conseguem captar.

Os organizadores da caminhada bem como a comunidade tiveram como inspiração uma das célebres afirmações de Jacobs (2011, p. 64) “as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relações com elas”. Destarte, o texto segue afirmando que se trata de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem, mas devido a experiência vivenciada. “Aprende-se a partir da experiência de outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você”. (JACOBS, 2011, p. 64) Jacobs ao trazer essa reflexão está especificamente fazendo referência às crianças, ou seja, de como elas de alguma forma lidam e se apropriam do espaço público, sendo interpeladas ou não por um outro que muitas vezes não tem responsabilidade formal para com elas. De fato, o que fica é a experiência do compartilhamento, da alteridade, do *por em comum* (SILVA, 2013) espaços dialógicos de convivência.

A oportunidade (que na vida moderna se tornou um privilégio) de brincar e crescer num mundo cotidiano composto tanto de homens como de mulheres é possível e comum para crianças que brincam em calçadas diversificadas cheias de vida. Não consigo entender por que essa situação deva ser desencorajada pelo

planejamento urbano e pelo zoneamento. Ao contrário, deveria ser induzida a partir da análise das condições que estimulam a mescla e a mistura do trabalho e do comércio com as residências.

A assertiva acima vai de encontro as falações geradas na caminhada. Muitos caminhantes contemplavam a vasta área verde e a visão panorâmica que a comunidade proporcionava, já que a maioria dos bairros do município estão localizados em colinas.

Willian Chagas presidente da Associação de moradores da comunidade Rui Sanglard falou um pouco sobre as dificuldades que o bairro enfrenta, mas também fez questão de frisar que a comunidade sempre se organiza para ajudar aqueles que apresentam dificuldades; comentou sobre um projeto de educacional que possuem há alguns anos possibilitando o reforço escolar para as crianças, além de ofertar refeições, já que muitas fazem apenas uma refeição por dia, no turno escolar. Além disso, Chagas também pontuou a importante participação do Centro Socialista¹ no cotidiano dos moradores de Rui Sanglard.

Em uma outra conversa Tatiana Ramalho, publicitária, aluna de jornalismo e técnica do Núcleo de Comunicação da Unesa que estava presente fazendo a cobertura do evento comentou que se sentiu muito acolhida pela comunidade, pois eles faziam questão de mostrar cada canto, cada lugar. E destaca o fato de ter descoberto naquele momento que a comunidade não é apenas marcada pelo tráfico, mas por projetos sociais que contribuem com o reforço escolar e alimentar de muitas crianças.

Nesse aspecto, a partir dos resultados iniciais obtidos durante a caminhada, por meio das conversas livres e autônomas sobre, pela e para a comunidade, conjecturamos que a publicidade social pode ajudar a construir esses espaços de diálogos contínuos e a construção de perspectivas mediante o direito à cidade e as intervenções urbanas, so-

¹ <https://www.centrosocialista.org/>

noras e visuais nela produzidas, e principalmente, de sustentabilidade comunitária com a apropriação dos próprios espaços da comunidade Rui Sanglard.

Após o evento decidimos entrar em contato com o presidente da Associação de Moradores da comunidade Rui Sanglard para que nos concedesse uma entrevista para contar sobre sua experiência em ter recebido junto com a sua comunidade a Caminhada Jane's Walk, e singularmente, para nos colocarmos à disposição para que juntos pudessemos desenvolver um trabalho coletivo que contemplasse o Projeto de Extensão Publicidade Social, cultura e sustentabilidade comunitária. Foi nesse momento que tivemos a oportunidade de explicar os objetivos da pesquisa e perguntar se inicialmente eles teriam interesse.

Conversamos muito sobre a comunidade, sobre a associação de moradores, sobre o Centro Socialista, sobre as necessidades comunicacionais e sobre os projetos sociais que estão em andamento. Naquele instante pudemos nos posicionar e demonstrar nosso interesse em realizar uma pesquisa-ação para o empoderamento da comunidade. Até o fechamento deste trabalho ficamos acordados que de o presidente levaria a proposta para a comunidade e que em breve já agendaria uma nova reunião para que outras lideranças e moradores pudessem participar e falar de suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos a publicidade social pode ser utilizada para difundir ideias, produtos e serviços, principalmente ao ser utilizada como uma ferramenta comunitária. Em nosso entendimento quatro perguntas básicas são necessárias para fundamentar uma publicidade social: Quem somos? Em que acreditamos? Como queremos que nos

vejam? O que fazemos? Nesse sentido, percebemos o quão importante é a presença da universidade dentro de espaços comunitários, para de fato extrapolar os muros de uma suposta cientificidade e colocar na prática, docentes e discentes, o que discutem em termos teóricos, de pesquisa etc. Uma das maneiras mais sustentáveis de promover a cidadania é chegando perto e escutando as demandas daqueles que precisam, por meio de caminhadas livres, independentes e autônomas. Seguindo o grande legado que Jane Jacobs nos deixou.

Precisamos discutir o acesso e o direito às cidades mais humanizadas. Jacobs foi pioneira na proposição de alternativas ao modelo vigente de cidades nos Estados Unidos ao questionar o culto ao automóvel, o desenvolvimento de subúrbios com casas individuais afastados do centro da cidade e lutou pela formação de centros urbanos mais próximos e acessíveis para as pessoas, como vimos no decorrer do texto. E nós, como cientistas, acadêmicos o que estamos fazendo para potencializar por meio dos processos comunicacionais uma cidade mais humana, mais digna, mais acessível? Acreditamos que a nova abordagem proposta a partir dos estudos da comunicação comunitária, alternativa e popular, ou seja, a publicidade social, pode sim contribuir com a sustentabilidade comunitária e com o uso dos espaços públicos de uma maneira mais orgânica, sensível, acessível e que promova a experiência do *por em comum*.

REFERÊNCIAS:

BASSI, Ingrid G; SILVA, Suelen de Aguiar. **Da Comercialização às Marcas Vinculadas ao Território. Estudo da Publicidade Social na Comunicação Comunitária do Armazém do Campo.** 2º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios Mulher e gênero no ecossistema midiático. Abril de 2021. ISSN 2184-382. Disponível em <http://ocs.reno.com.br/index.php/cia/2cia/index>.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

GLASER, Barney G; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. New York: Aldine, 1967.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: WMF, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos**. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - BH/MG - 2 a 6 Set 2003. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_coloquio_peruzzo.pdf.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 342p.

SILVA, Suelen de Aguiar. **Formação e informação do MST: comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2005. (Monografia - Comunicação Social: Publicidade).

SALDANHA, Patrícia G. **Publicidade Social e sua tipificação: uma metodologia de transformação social**. COMUN. MÍDIA CONSUMO, SÃO PAULO, V. 18, N. 52, P. 292-313, MAI./AGO. 2021. DOI 10.18568/CMC.V18I52.2538.

SILVA, Suelen de Aguiar. **Comunicação, movimentos sociais e redes:** por um projeto biopolítico e comunitário da multidão. Tese (Doutorado em Comunicação Social) --Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

CAPÍTULO 4

REVISTA IMPRENSA JOVEM: BREVE RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Camila Escudero¹
Adriana Cristina do Amaral²
Érica R. Gonçalves³
Natalhe Garcia Costa⁴
Patrícia Pêcego⁵
Vanessa Krunfli Haddad⁶
Carlos Alberto Lima⁷

DOI: 10.46898/rfb.9786558895220.4

1 Doutora em Comunicação e docente da Universidade Metodista de São Paulo

2 Mestre em Comunicação e doutoranda do POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo.

3 Mestre em Comunicação e doutoranda do POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo.

4 Mestranda do POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo.

5 Mestranda do POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo.

6 Mestranda do POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo.

7 Coordenador do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo relatar o processo de produção da *Revista Imprensa Jovem (Revista IJ)*, uma publicação semestral feita em parceria entre o Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SME-SP) e a Universidade Metodista de São Paulo. Ancorado nos recursos teórico-metodológicos de Comunicação para a Transformação e Educomunicação, o projeto tem permitido o desenvolvimento de ações em estruturas educadoras visando a participação de estudantes do Ensino Fundamental, a articulação de gerações, setores e saberes, integração comunitária, reconhecimento de direitos e democratização dos meios de comunicação e jovens. Além disso, espera-se contribuir para o fortalecimento do papel extensionista da universidade no país e com a formação de um campo de coleta de informações para o estímulo de pesquisas nas áreas de Comunicação e Educação, especialmente.

Palavras-chave: Educomunicação; *Revista Imprensa Jovem*; Jovens; Parceria entre universidade e escola pública.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste relato de pesquisa é apresentar o processo de produção da *Revista Imprensa Jovem (Revista IJ)*, uma publicação semestral feita em parceria entre a o Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SME-SP) e a Universidade Metodista de São Paulo. Trata-se de uma publicação semestral, digital, feita conjuntamente por alunos da rede municipal de ensino da capital paulista e estudantes do curso de graduação em Jornalismo e pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista (nível Mestrado e Doutorado). A ideia é que os universitários e pós-graduandos – em uma atividade de prática jornalística e extensão e pesquisa, respectivamente – acompanhem os estudantes

do Ensino Fundamental 1 e 2, principalmente, de escolas localizadas em diferentes pontos da cidade na produção de reportagens escritas.

Todo o trabalho da *Revista IJ* é norteado pelos princípios básicos da Comunicação para a Transformação Social e Educomunicação, apoiados em autores como Martín-Barbero (1991), Freire (1983 e 1996), Dagrón (2011) e Soares (2001, 2002, 2011 e 2014). Significa dizer que a prática comunicativa, para além da emissão e recepção da mensagem em canais tecnológicos, está inserida em ambientes formais e informais de educação, com ênfase na dimensão sociocultural dos agentes envolvidos e seu desenvolvimento em um contexto de transformação social. Nesse sentido, ambos os princípios aparecem como um conjunto de ações de comunicação desenvolvidas em estruturas educadoras visando a participação de estudantes do Ensino Fundamental, articulação de gerações, setores e saberes, integração comunitária, reconhecimento de direitos e democratização dos meios de comunicação.

Soma-se a isso, a importância de reforçar a função extensionista de uma universidade no Brasil, hoje ancorado no tripé ensino, extensão e pesquisa. A prática da extensão requer a projeção de espaços para a comunidade acadêmica “de compartilhamento e de devolutiva das ações extensionistas e das aprendizagens mediadas pelo encontro com diferentes comunidades que se associam e constroem coletivamente o seu desenvolvimento humano e social” (LAZIER, 2017, p. 7).

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ELABORAÇÃO DA REVISTA IJ

Todo o processo de elaboração das edições da *Revista IJ* se inicia com alunos e professores da rede municipal – ao lado de estudantes e professores da Universidade do curso de Comunicação Social –, realizando *workshops* sobre jornalismo, no qual apresentam técnicas de produção de reportagem em formato de texto e discutem as pautas.

Por conta da pandemia de Covid-19, esses *workshops* foram realizados exclusivamente em formato virtual, via plataforma Google Meet nas primeira e segunda edições; na terceira edição, já foi possível adotar um formato híbrido, com encontros nas escolas e/ou universidade e plataformas online.

A partir de então começam os trabalhos por parte dos estudantes do Ensino Fundamental de definição de pautas, apuração de informações por meio de pesquisas, entrevistas, leituras etc., redação do texto, e definição e elaboração, ainda, dos elementos gráficos ilustrativos (fotos, desenhos, infográficos, entre outros). Todo o percurso é acompanhado ao longo de cada semestre pelos estudantes de pós-graduação (nível Mestrado e Doutorado) e professores da rede pública envolvidos, em sessões de orientação, discussão, prática de produção de texto, de fotografia etc. com os estudantes. Alunos da graduação do curso de jornalismo participam dando apoio aos pós-graduandos nas orientações e organização dos trabalhos, bem como elaborando reportagens para a *Revista IJ*, em uma prática de laboratório.

Na sequência, o conteúdo é encaminhado para professores da Universidade Metodista, responsáveis por organizar o material, definir o espelho, buscar informações que eventualmente estejam faltando e diagramar, utilizando o programa InDesign (Adobe)¹. As páginas diagramadas são encaminhadas para os alunos e professores das escolas, bem como os estudantes de graduação e pós-graduação para revisão. Após retorno e ajustes, a *Revista IJ* é finalizada, gravada em arquivo PDF, e lançada. Em geral, não há seções fixas e as reportagens são organizadas de acordo com a temática abordada.

¹ O responsável pela diagramação e autor do projeto gráfico é o professor doutor José Reis Filho, da Universidade Metodista de São Paulo.

Figura 1 – Capas da *Revista Imprensa Jovem* (2021 / 2022)



Fonte: Reprodução

RECURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO TRABALHO NORTEADOR DA REVISTA IJ

Por se tratar de um projeto realizado no campo do conhecimento da Comunicação Social, utilizamos como recursos teóricos norteadores os conceitos de Comunicação para a transformação social (CCS, sigla em espanhol) e Educomunicação, que vêm sendo estudado com ênfase pelos membros do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista, atuante neste projeto da *Revista IJ*.

Um dos conceitos centrais que define a CCS foi estabelecido em 2003, pelo *Communication for Social Change Consortium*, uma rede de profissionais, pesquisadores e acadêmicos dedicados à capacitação de comunidades marginalizadas na criação e gerenciamento de processos de comunicação com o objetivo de sustentar valores democráticos e melhorar a qualidade de vida local (CFSC CONSORTIUM, 2003, p. 2).

A Comunicação para a Mudança Social é um processo público e privado, dialógico, através do qual as pessoas definem quem são, o que querem, o que precisam e como podem agir coletivamente para atender às suas necessidades e melhorar suas vidas. Apoia processos de tomada de decisão com base na comunidade e ação

coletiva para tornar as comunidades mais eficazes e cria ambientes de comunicação mais fortalecedores (CFSC CONSORTIUM, 2003, p. 2 - Tradução nossa).

De acordo com Dagrón (2011, p. 38), trata-se de “um processo vivo”, que não é fácil se capturar com definições acadêmicas. No entanto, compreende cinco características ou condições que parecem indispensáveis: 1) Participação comunitária e apropriação dos processos e dos conteúdos comunicacionais; 2) Língua e pertinência cultural (os processos de comunicação devem se apoiar nas particularidades de cada língua e cultura para se legitimar); 3) Geração de conteúdos locais com troca de conhecimento em condições de equidade; 4) Uso de tecnologia apropriada dimensionado de acordo com a necessidade de cada ação comunicacional; e 5) Convergências e redes com estabelecimento de diálogo e debate mais amplo com outras experiências similares, em escalas local, regional ou global.

Tais ideias vão de acordo com perspectivas do campo da Comunicação Social, desenvolvida, sobretudo, na América Latina desde os anos 1960, que Martín-Barbero sintetiza em seu livro clássico *De los medios a las mediaciones* (1991). O autor trabalha o campo dos *mass media*, seus dispositivos de produção, seus rituais de consumo, seus aparatos tecnológicos, seus códigos de montagem, de percepção e reconhecimento. Segundo Martín-Barbero, a Comunicação tornou-se uma questão de mediação e não de meios, uma questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimentos, o que exige investigações a partir da articulação entre práticas comunicacionais e movimentos sociais (mediações e sujeitos).

Os processos políticos e sociais desses anos – regimes autoritários em quase toda América do Sul, cercados de lutas de libertação na América Central, emigrações imensas de homens, a política, a arte e a investigação social – destruíram velhas seguranças e abriram novas brechas para o enfrentamento da *verdade cultural* desses países: à mestiçagem que não é só aquele feito racial do qual viemos, mas uma trama hoje de modernidade e

descontinuidade cultural, de formações sociais e estruturas de sentimento, de memórias imaginárias que relacionam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o folclórico com o popular e o popular com o massivo (MARTÍN-BARBERO, 1991, p. 10 - Tradução nossa).

É nesse contexto que se insere também o outro conceito primordial adotado aqui, de Educomunicação. Pode-se dizer, grosso modo, que se trata de uma intersecção entre dois campos do conhecimento - Educação e Comunicação - ancorada, especialmente, nas ideias de Paulo Freire. Na vasta obra do autor, a comunicação (mediada pelos aparatos tecnológicos ou não; de maneira direta ou indireta, relacionada ao seu papel social ou implícita e/ou a partir de sua perspectiva face a face) é pensada como espaço coparticipativo de sujeitos que se relacionam em diálogo e em torno do objeto que querem conhecer, simultaneamente, transformando o mundo em um contexto de ação cultural para a liberdade, ou seja, de caráter humanista e de desenvolvimento de uma consciência de mundo intencional engajada cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta e objetiva.

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação - a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto. Nessa linha de entendimento, a expressão do mundo consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração (FREIRE, 1996, p. 11-12).

Nesse sentido, a Educomunicação é definida por Soares (2001; 2002; 2011; 2014) como o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem

(SOARES, 2002, p. 24). “A educação para a comunicação, o uso das tecnologias na educação e a gestão comunicativa transformam-se em objeto de políticas educacionais, sob a denominação de Educomunicação” (SOARES, 2001, p. 37).

Em outras palavras, a Educomunicação é um conjunto de ações que pressupõem a utilização de práticas comunicativas em estruturas educadoras formais ou informais. Visa a participação de alunos, articulação de gerações, setores e saberes, integração comunitária, reconhecimento de direitos e democratização dos meios de comunicação. No geral, quando implantadas de maneira eficientes, essas ações resultam na participação cidadã dos envolvidos na sociedade organizada, bem como contribuem para compreensão do papel da mídia na construção das transformações sociais.

Além disso, destaca-se que, por meio de um projeto conforme este relatado, é possível vislumbrar um reforço do papel de uma universidade no Brasil, no que diz respeito, especialmente à prática da extensão. Sabe-se que há ganhos notáveis nesse tipo de atividade no que diz respeito a inovações metodológicas que favoreçam a aproximação e interação dialógica da universidade com a comunidade externa e sua plena aderência e inserção como componente curricular obrigatório, nos níveis da graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu).

Neste sentido, a extensão se constitui um espaço privilegiado da atuação humana na criação/recriação do mundo, e das relações dos sujeitos com ele, que se constitui como mobilidade de pensamento própria ao cenário acadêmico. Aprofundando sua dimensão, ela se configura como compromisso histórico de criatividade no mundo (LAZIER, 2017, p. 22).

RESULTADOS OBTIDOS: A *REVISTA IJ*

Foram três edições publicadas até agora². No segundo semestre de 2022, o grupo está trabalhando na quarta edição, prevista para ser lançada em dezembro do mesmo ano. A ideia é que, a cada número, novas escolas sejam incorporadas ao projeto. Até o momento, foram, pelo menos, 15 escolas contempladas, com a participação de cerca de 50 alunos e 20 professores. Da parte da Universidade, já participaram mais de 30 alunos de graduação do curso de jornalismo (entre o terceiro e quinto semestre) e cinco estudantes da pós-graduação dos níveis mestrado e doutorado. Há colaborações especiais em cada edição do *Joca* – jornal para jovens e crianças, e de membros da equipe de formação do Núcleo de Educomunicação da SME-SP.

EDIÇÃO 1: A ARTE VIVA DAS RUAS, AS IDEIAS DOS JOVENS E OS DESAFIOS DA PANDEMIA

A primeira edição da *Revista IJ*, lançada em julho de 2021, traz na capa a reportagem elaborada pelos estudantes sobre o grafite, como uma expressão da vida da cidade ali representada. Além da imagem que remete ao tema, a matéria aborda a participação deste movimento na renovação de escolas e espaços públicos de convivência. As outras matérias destacadas na capa remetem aos desafios da pandemia relacionados ao Enem, às aulas de Educação Física e uma HQ criada pelos alunos participantes.

Logo nas primeiras páginas, a *Revista IJ* faz uma retrospectiva de sua construção, inclusive da escolha do próprio nome, que surge após votação entre os alunos participantes. Na sequência, há a seção “Ponto de vista” (na verdade, o editorial), na qual os responsáveis pelo projeto – o coordenador do núcleo de Educomunicação da prefei-

² Todas as edições estão disponíveis em arquivo PDF no link: <https://comunicanossagente.wordpress.com>.

tura de São Paulo, Carlos Lima e a jornalista e professora da Universidade Metodista Camila Escudero, discorrem, respectivamente, sobre a importância em dar espaço para a voz, ideias e reflexões dos jovens, e sobre a importância da participação das universidades como meio promotor de cidadania, principalmente num momento de fragilidade social, promovido pela pandemia.

Em seguida, a edição traz uma série de reportagens em formato áudio, feito pelos próprios alunos, sobre as mudanças que a pandemia promoveu nos hábitos de vida, leitura e sua importância no cotidiano das pessoas, a prática de ensino domiciliar, entre outros. A reportagem sobre o grafite mostra como a ação pode ser transformadora na vida de quem a pratica e de todos que frequentam os espaços comunitários, como expressão daqueles que questionam os problemas da sociedade. Na sequência, há uma matéria sobre o tema “faça você mesmo”, com dicas sobre cultura *maker* e como o leitor pode construir objetos e promover a colaboração e sustentabilidade.

A reportagem sobre as dificuldades das escolas em promover aulas de Educação Física para seus alunos durante a pandemia ocupa duas páginas, sendo destacados, também na edição, outros desafios para as escolas durante este período, como dificuldades com o ensino híbrido e falta de interesse nas aulas digitais. Esta reportagem conta com depoimentos dos alunos e participação da psicóloga Bárbara Filgueiras, que indica possíveis caminhos para solucionar os problemas relatados. Por fim, pela primeira vez, aparece a personagem Jovenilda Confinada, um quadrinho feito pelos alunos, mostrando as aventuras da menina que queria ir à escola, mas estava presa dentro de casa por conta da Covid-19.

EDIÇÃO 2: PAULO FREIRE, ERA DIGITAL E O UNIVERSO DO JOVEM NO ISOLAMENTO SOCIAL

A segunda edição divulgou na capa uma imagem estilizada de Paulo Freire, vestindo a camisa do projeto Imprensa Jovem e surfando numa onda de palavras, remetendo ao centenário do nascimento do patrono da Educação Brasileira e aos 10 anos da Educomunicação em São Paulo. A mensagem visual é complementada pelos editoriais, presente na seção “Ponto de Vista”, assinados pelos mesmos representantes do projeto da edição anterior: Carlos Lima e Camila Escudero.

Ao longo de 39 páginas com textos, colunas, reportagens e elementos visuais, desenvolvidos por estudantes, professores e parceiros, são exploradas as pautas definidas pelos alunos que, nessa edição, abrangem o mundo digital e o seu impacto na vida atual. Logo nas páginas iniciais, a equipe é apresentada ao leitor, pois como a edição foi trabalhada ao longo da pandemia de Covid-19, no segundo semestre do ano 2020, a tarefa de reuni-la toda, em um só momento, foi impossível.

O pouco contato presencial aconteceu durante a finalização dos trabalhos, a partir da flexibilização do isolamento social, mas ainda em cenário híbrido, com restrições de contato presencial entre alunos e professores. Realidade que, de certo modo, foi refletida nas reportagens elaboradas pelos estudantes.

Os jogos digitais desvelaram um novo tipo de relacionamento, os virtuais, mas também a questão de gênero e dependência da internet, inclusive com pesquisa aplicada na escola pública para mensurar o número de horas que o estudante se dedica ao mundo digital. Complementando, outra reportagem questiona o papel da Era Digital, sua evolução ao longo da história recente, os limites e possibilidades profissionais, com entrevista com especialista.

Também relacionado ao momento histórico vivido, duas matérias alertam para a questão da desinformação. Os estudantes-autores se debruçaram sobre a questão do negacionismo, focando na ciência, mas também nas inverdades relacionadas à vacinação e ao coronavírus e ao que eles consideraram “epidemia de fakenews” relacionada à Covid-19. Para isso, eles também recorreram a entrevistas.

A página de Entretenimento deu luz ao debate sobre o racismo. Marcou-se a data da Consciência Negra, a discriminação contra a mulher negra e o feminino em versos e quadrinhos.

Para somar às práticas locais, pelas escolas, dois temas complementaram a edição em reportagens especiais, com colaboradores externos. Em “Os Bastidores de um jornal infanto-juvenil” foram mostrados os sete passos fundamentais da elaboração de uma edição do “Joca”, jornal infanto-juvenil; e em “Como está a agenda ambiental da sua escola” foram resumidos os 10 passos para o desenvolvimento de um projeto ambiental.

EDIÇÃO 3: A VOLTA DO CONTATO PRESENCIAL E AS ELEIÇÕES

A 3ª edição da *Revista IJ*, lançada em julho de 2022, aproveitou o contexto eleitoral do ano para tratar como temática principal o jovem, a política e as eleições. Já em destaque como chamada da capa, o tema foi pano de fundo para boa parte das matérias, a começar pelo texto publicado na seção “Ponto de vista”, assinado pelos coordenadores gerais da publicação, como em todas as edições. Em sintonia com o tema principal, Carlos Lima faz um convite para a reflexão do papel do jovem na política e Camila relembra suas experiências políticas ainda na fase estudantil.

Já em um momento de menor restrição por conta da pandemia, os bastidores desta edição trazem fotos dos alunos em momentos de produção de suas reportagens realizadas presencialmente, bem como ainda a interação *online* com os estudantes da Metodista para organização da edição. Ao todo, foram cerca de 70 pessoas participando ativamente, sendo grande parte estudantes e professores de quatro escolas públicas do ensino fundamental e da Universidade Metodista, reforçando a parceria do projeto.

Maria Carolina Cristianini, editora-chefe do *Joca*, traz, novamente, a participação deste reconhecido jornal infanto-juvenil para dentro da *Revista IJ*, abordando a importância de falar sobre eleições com os jovens. Por sua atuação no *Joca*, Maria Carolina é reconhecida jornalista Amiga da Criança pela ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Em combinação à matéria de Maria Carolina, a estudante do 5º semestre de jornalismo da Metodista, Caroline Devides, fala sobre o mesmo tema das eleições na perspectiva das redes sociais e virtuais.

Cerca de 18 páginas da edição abarcam o denso conteúdo elaborado pelos estudantes das escolas públicas. Em “Fique por dentro das eleições 2022”, eles trazem informações gerais sobre o tema, mostram o resultado de uma enquete sobre a obrigatoriedade do voto para maiores de 18 anos, explicam o papel político dos cargos eletivos, falam sobre corrupção, a participação dos jovens na política e o que esperam da política. Finalizam a reportagem com uma entrevista com Eduardo Suplicy, político de carreira, atual vereador da cidade de São Paulo, eleito em 2020.

Um paralelo entre as eleições para o Grêmio Estudantil e a política é feito na matéria “Democracia se aprende na escola”, que ainda traz o exemplo prático de como realizar um newsletter de um grêmio estudantil para ampliar o conhecimento e a participação das pessoas.

Outros temas do ambiente escolar presentes no dia a dia e com dicas muito úteis e práticas são tratados nas matérias “Como tornar o passeio escolar inclusivo” e “Como criar uma mostra fotográfica na sua escola”. A matéria “A arte de rua não tem limites” explica a *street art* – manifestações artísticas desenvolvidas em espaço público e apresenta uma entrevista com Nina Pandolfo, artista reconhecida por suas obras tanto no Brasil, como fora dele. Alguns exemplos são a pintura Castelo Kelburn, na Escócia e o mural da Av. 23 de maio, em São Paulo. Na entrevista, Nina fala sobre sua trajetória e deixa um recado para os jovens: “...a arte é para todos..”!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da *Revista Imprensa Jovem* tem se mostrado interessante e uma fonte de prática e aprendizado para a temática da comunicação para cidadania e Educomunicação, tanto para alunos, como para professores (das escolas e da Universidade), bem como forma de reforço da função extensionista universitária e de formação de um campo de coleta de informações para o estímulo de pesquisas nas áreas de Comunicação e Educação, especialmente.

De aspectos positivos, ressaltamos a alta qualidade técnica e editorial da publicação, a participação e engajamento da maioria das escolas e seus integrantes, a diversidade de pautas e assuntos cobertos pelos alunos – com destaque para uma abordagem crítica de temas importantes da atualidade, como desinformação, pandemia, eleições, ENEM, integração social de pessoas com deficiência, entre outros. Destaca-se, ainda, a concretização da prática de um projeto comunicativo, como “prescrito” na teoria estudada, que vem avançando no campo da Comunicação Social, especialmente no Brasil, e contribuindo para os estudos da Comunicação para a Transformação Social.

Como pontos a melhorar, acreditamos que estejam na lista: melhores condições de produção do conteúdo; superação de dificuldades pontuais que acabam por surgir em algumas escolas e culminam na desistência durante o processo; e limitações na circulação que impedem uma maior publicização do projeto. Soma-se a isso os desafios de trazer mais atores sociais que “abraçe” o projeto, em outras parcerias de suma importância, para além do *Joca*; e a necessidade de implantação de uma cultura escolar aberta à participação do aluno e à comunidade.

REFERÊNCIAS:

CFSC CONSORTIUM. **Communication for Social Change: Listening, Learning, Local Voices Leading Change**. New York: CFSC Consortium, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. M. **De los medios a las mediaciones - Comunicación, cultura e hegemonía**. México: Editorial Gustavo Gilli, 1991.

DAGRON, A. G. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. **Signo y Pensamiento**, 58 (XXX), pp. 26-39, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAZIER, J. A. Extensão Universitária: o “outro” no processo de construção da cidadania. In: LAZIER, Josue Adam; VALENTIN, Ismael Forte (Orgs.). **A extensão como potencial para uma educação cidadã**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2017.

SOARES, I. de O. “Educomunicação: De experiência alternativa à política pública”. In: SOARES, I. de O. (Org.). **Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, I. de O. Caminhos da educomunicação na América Latina e nos Estados Unidos. **Caminhos da educomunicação**. São Paulo: Salesianas: Núcleo de Comunicação e Educação/ECA/USP, 2001, p.35-46.

SOARES, I. de O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, ECA/USP – Editora, Ano VIII, N.23, jan./abr. de 2002, p.16-25.

SOARES, I. de O. Educomunicação e a formação de professores no século XXI. **Revista FGV Online**. São Paulo, 4(1), 2014. pp. 19-34.

CAPÍTULO 5

EDUCOMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: FORMAÇÃO CIDADÃ PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA¹

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira²

Clara Machado³

Renata Kelly Silva⁴

Adriana Ribeiro⁵

Andressa Scabin⁶

DOI: 10.46898/rfb.9786558895220.5

1 Resultado de pesquisa apresentado parcialmente na XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2022, de 19 a 21 de outubro de 2022 - realizada pela ABPCOM - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Programa e Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM-UEL.

2 Comunicóloga, Mestre Extensão Rural, pesquisadora da Embrapa

3 Jornalista do Instituto Juruá.

4 Jornalista da Embrapa em Rondônia

5 Relações Públicas da Embrapa Amazônia Ocidental.

6 Bióloga, diretora técnica do Instituto Juruá.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir questões relacionadas ao campo da educomunicação, abordando a parceria interinstitucional entre a Embrapa e o Instituto Juruá (organização governamental e não-governamental, respectivamente) atuando em apoio a coletivos de comunicação popular, por meio da realização de processo formativo de comunicação e educação para a promoção do desenvolvimento sustentável. O lócus da análise se situa em uma experiência de capacitação em educomunicação, realizada com jovens de comunidades extrativistas no Médio Juruá, na Amazônia Ocidental. A questão objeto de análise é a pertinência da contribuição das práticas educacionais, aplicadas no evento, para alcançar os objetivos de aprendizagem em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), esta que é apontada como instrumento fundamental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030. Como suporte teórico para as discussões, recorreremos à literatura em educomunicação socioambiental e o guia lançado pela Unesco, agência especializada da ONU, que define os objetivos de aprendizagem a serem aplicados especialmente na EDS. Os resultados aportam contribuições da Ciência da Comunicação para o desenvolvimento de práticas educacionais aplicáveis na educação não formal e para o alcance da meta 4.7 do ODS 4 - Educação de Qualidade, destacando não só a pertinência das práticas educacionais, mas também da parceria interinstitucional atuando na EDS.

Palavras-chave: Amazônia; Educomunicação; Ação Cidadã.

INTRODUÇÃO

A mobilização planetária em prol do desenvolvimento sustentável é uma iniciativa lançada há 50 anos durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Com o lema

“uma só TERRA” e o conceito de que desenvolvimento sustentável é aquele “[...] capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações (...)”, desde então a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) tem realizado Conferências Mundiais e Fóruns temáticos, e estabelecido compromisso com os países membros da ONU, como é o caso da Agenda de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), lançada em 2015, cujas metas e objetivos refletem a crescente conscientização entre os Estados Membros de que um modelo de desenvolvimento sustentável para a geração atual e as gerações futuras é o melhor caminho a seguir para reduzir a pobreza e melhorar a vida das pessoas na Terra (AGENDA..., 2015).

O objetivo deste artigo é discutir questões relacionadas ao campo da educomunicação socioambiental na educação não formal, a partir do curso “Práticas Educomunicativas Socioambientais aplicadas à promoção do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, realização conjunta do Instituto Juruá (organizações não-governamental) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) organização governamental vinculada ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA), por intermédio de suas Unidades Descentralizadas (UD) de Rondônia (Porto Velho) e do Amazonas (Manaus).

Como suporte teórico para as discussões recorreremos à literatura técnico-científica em educomunicação socioambiental e ao guia lançado pela Unesco, agência especializada da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura, que define os objetivos de aprendizagem a serem aplicados na Educação, especialmente na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), para atingir os ODS da Agenda 2030.

O documento orientador da Unesco aborda os ambientes de aprendizagem (educação formal e não formal) e considera que, para dar respostas adequadas aos desafios da sustentabilidade, as ações não podem ser limitadas a uma única perspectiva, disciplina ou forma de conhecimento:

[...] se faz necessário o estabelecimento de parcerias que envolvam uma série de atores sociais, como empresas, ONGs, instituições públicas, formuladores de políticas e/ou indivíduos, uma vez que estas facilitariam novas possibilidades de aprendizagem e tornam-se uma fonte de criatividade e inovação. (UNESCO, p. 55).

Embrapa e Instituto Juruá são instituições de pesquisa que aliaram as afinidades de seus objetivos em comum, de contribuir com a educação para o desenvolvimento sustentável e estabeleceram parceria interinstitucional para a realização de capacitação em comunicação e educação para cidadania ambiental e desenvolvimento sustentável. No caso do Instituto Juruá o objetivo é auxiliar os comunicadores das associações do Médio Juruá de modo a protagonizarem a produção de informação e divulgarem suas atividades, projetos e sonhos; e fornece subsídios técnicos para que as comunidades locais possam manejar sustentavelmente seus recursos naturais e proteger seus territórios. A Embrapa, por sua vez, tem o objetivo de levá-los a conhecer o que a Ciência faz (as soluções tecnológicas desenvolvidas pela empresa) e a se posicionar sobre como eles, os comunitários, representantes de um segmento da sociedade, podem colaborar para a promoção do desenvolvimento sustentável.

ATORES SOCIAIS E O CONTEXTO DE INTERAÇÃO NO MÉDIO JURUÁ

A Reserva Extrativista (Resex) do Médio Juruá é uma unidade de conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista e criada por Decreto Presidencial em 4 de março de 1997 numa área

de 253.266 hectares, no município de Carauari, no estado do Amazonas.

Seis organizações associativas, representadas por 29 (vinte e nove) comunitários, de Carauari e entorno e 2 (duas) instituições de pesquisas, com seis profissionais de Comunicação Social e Biologia, foram os atores sociais do processo de interação social e comunicacional estabelecido com a realização do curso.

Os comunitários são vinculados às organizações sociais: Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá, Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá, Casa Familiar Rural, Associação dos Moradores Agroextrativista de Desenvolvimento Sustentável Uacari, Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá e Associação dos Produtores Rurais de Carauari.

A maioria dos comunitários eram jovens (média de 28 anos), sendo 11 mulheres e 17 homens, que participaram do Projeto Jovens Protagonistas, uma iniciativa do Instituto Juruá que promoveu a formação de lideranças e que impulsionou a participação da juventude local nos movimentos sociais e associações de base.

O Instituto Juruá é uma organização sem fins lucrativos formada por conservacionistas e pesquisadores em forte parceria com lideranças comunitárias e associações locais. Apoiar o manejo participativo dos recursos naturais na Amazônia, com destaque para o manejo do pirarucu, e fornece subsídios técnicos para que as comunidades locais possam manejar sustentavelmente seus recursos naturais e proteger seus territórios. A equipe de comunicação oferece dicas de gestão de redes sociais e tem incentivado os jovens a contribuírem com as edições mensais do informativo da instituição, com textos, notícias, poemas e entrevistas.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) coordena o Projeto “Interação, intercâmbio e construção do conhecimento e comunicação” nos projetos do Fundo Amazônia (Amazo-Com), por meio do qual desenvolve, orienta e monitora as ações de comunicação, transferência de tecnologia, intercâmbio e construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento territorial, no âmbito do Projeto Integrado da Amazônia (PiAmaz) cujo objetivo é contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal no bioma Amazônia. (BELTRÃO et al, 2019).

As ações do projeto se fundamentam em processos de interação social e comunicacional, dentre os quais se situam os eventos de capacitação de jovens de comunidades rurais na Amazônia. Ao mesmo tempo em que a Empresa dissemina informações produzidas para a mídia local ou parceiros, fortalecendo a imagem institucional e parcerias, exercita a produção de informação com os atores locais que, com estratégia baseada nas premissas da comunicação comunitária, da educomunicação socioambiental, interagem na elaboração de discursos e produtos de comunicação.

A Embrapa Rondônia tem aberto várias frentes de atuação em educomunicação seja na educação formal e não formal, tendo situado sua atuação em três espaços educacionais de interação entre a Ciência e as comunidades. O primeiro, espaço é intermediário entre a educação formal e não-formal, pois é ocupado no contraturno das aulas, em atividades da Com-Vida (Comissão de Qualidade de Vida), atividades geralmente vinculadas a um projeto específico, como foi o caso do um projeto de iniciação científica, desenvolvido com alunos bolsistas de iniciação científica júnior (ICJr), na Escola Estadual E.F.M. Murilo Braga, com a qual foi desenvolvido estudos sobre a valorização dos produtos da biodiversidade amazônica (OLIVEIRA e ANDRADE, 2018).

O segundo, é o das escolas rurais e organizações associativas em Resex, nas quais se desenvolve estudos de percepção ambiental sobre a valorização de produtos da sociobiodiversidade amazônica (OLIVEIRA, 2020). O terceiro é o espaço dos três campos experimentais da Embrapa Rondônia, na capital e interior do Estado, que por meio do Programa Embrapa & Escola, atende alunos do ensino fundamental e médio e tem por objetivo incentivar o interesse dos alunos pela pesquisa científica e proporcionar a vivência com os sistemas de cultivo e criação (OLIVEIRA, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A programação do curso “Práticas Educomunicativas Socioambientais aplicadas à promoção do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia” foi elaborada a partir de interações das autoras em encontros virtuais nos quais conhecimentos e habilidades foram compartilhados entre si e resultando em uma programação que buscou conciliar os objetivos de ambas as instituições de pesquisa.

Sob a coordenação da Embrapa Rondônia (Porto Velho -RO), conjuntamente com a Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus -AM) e o Instituto Juruá (Carauari - AM), o curso foi realizado no Ano 2 da pandemia da Covid19, no período de 18 de junho a 9 de julho de 2021, em quatro módulos semanais. A temática e os objetivos de aprendizagem de cada módulo foram assim estabelecidos:

- Módulo 1 - Introdução às práticas educomunicativas - identificar e problematizar o ecossistema comunicativo da comunidade, visando à promoção do diálogo e da expressão de todos os agentes que nela atuam.
- Módulo 2 - Práticas Educomunicativas na Comunidade, - compreensão dos conceitos relacionados à comunicação dialógica nas práticas educomunicativas, com enfoque na produção radiofônica (spots e podcast);
- Módulo 3 - Produção de conteúdo para as redes sociais - desenvolver habilidades para produção de vídeos pelo celular;

- Módulo 4 - Elaboração de narrativas audiovisuais com uso de música amazônica - desenvolver habilidades para elaboração de narrativas audiovisuais para a elaboração de vídeos, abordando o discurso ambiental em músicas em canções populares e os signos recorrentes na comunicação ambiental.

Para cada módulo do curso foi definida uma atividade prática, desenvolvida coletivamente durante a semana e apresentada antes do início do módulo seguinte, finalizando com rápida avaliação da atividade e relato das dificuldades e aprendizados.

As aulas foram expositivas, via *Google Meet*, com o uso de diversas ferramentas.

Os materiais das aulas foram disponibilizados no *Google Jamboard* em um mural coletivo denominado “entre folhas”. Para a interação com os alunos foi criado, pelo Instituto Juruá, o grupo Comunicadores do Médio Juruá, no WhatsApp, onde os participantes postavam as atividades desenvolvidas durante a semana e tinham suas dúvidas esclarecidas.

O acesso à internet ocorreu através de polos com *wi-fi*. Os encontros aconteceram de forma síncrona. Para o acesso às aulas, os alunos, tomando os devidos cuidados de prevenção à Covid-19, se reuniram em polos de conexão localizados em cinco comunidades: Carauari, Roque, São Raimundo, Bauana e Nova Esperança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para demonstrar o potencial de contribuição das práticas comunicativas para alcançar os objetivos de aprendizagem em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) apresentamos uma narrativa das dinâmicas iniciais do curso e as abordagens e práticas aplicadas no processo formativo em análise, com base nos resultados

obtidos em relação aos objetivos de aprendizagem definidos em cada um dos quatro módulos do curso.

De antemão, vale ressaltar as condições de realização do evento, durante o isolamento social em razão da pandemia do Coronavírus, que associadas a outros fatores costumeiros, como chuva e falta de energia elétrica, intensificaram as dificuldades de acesso à internet, conseqüentemente impactando na interação com os participantes, além do uso obrigatório das máscaras de proteção contra o Coronavírus, havia a necessidade de manter as câmeras desligadas e só ativá-las quando fossem falar, além disso o *delay* retardava a escuta das falas. Por isso o curso foi gravado, editado no formato de videoaulas e disponibilizado para os que não puderam participar da transmissão simultânea.

DINÂMICAS INICIAIS

As primeiras dinâmicas iniciais tiveram por objetivo a apresentação dos participantes e o nivelamento do conhecimento sobre as temáticas que seriam abordadas no evento. Na dinâmica de apresentação foi solicitado que os participantes respondessem a 4 (quatro perguntas) informando seus nomes, o local de nascimento, a instituição ao qual estavam vinculados e “Como comunicador(a) eu SEI e GOSTO de...”. Esta pergunta permitiu obter uma lista de habilidades dos participantes que declararam saber/gostar de escrever, redigir, fotografar, desenhar, ler, conversar e ouvir. No processamento da atividade, se discutiu a importância de saber ouvir, principalmente para os que disseram não gostar de falar em público.

Com o objetivo de colocar em discussão o entendimento das principais palavras que estavam no título e nos objetivos do curso, foi aplicada a dinâmica “O nome das coisas”. Partiu-se de uma demons-

tração da facilidade que se tem para identificar e nominar objetos que são bem conhecidos, por fazerem parte do cotidiano, como um lápis, por exemplo, e a dificuldade em relação a um objeto que na ocasião estava se tornando muito conhecido em razão da pandemia do coronavírus, o oxímetro, aparelho usado para a medição da oximetria. Com a premissa de que “todo mundo pode se comunicar”, foram apresentadas e discutidas as formas como as pessoas se comunicam, concluindo com a afirmativa de que todo mundo sabe se comunicar de alguma forma, mesmo quando não sabe o nome das coisas, ou sabe mas não consegue verbalizá-la.

Desta forma, com o objetivo de tornar comum o entendimento de palavras que faziam parte do conteúdo do curso, foi atribuída para cada um dos seis subgrupos as palavras “conhecimento”, “comunicação”, “educação”, “interação”, “intercâmbio” e “desenvolvimento sustentável” para que discutissem a significação e apresentassem a compreensão da mesma no contexto da comunicação e trabalhos na comunidade.

A facilitadora da dinâmica encerrou com a significação da palavra “educomunicação socioambiental” como uma das oito áreas de intervenção da educomunicação, definidas por Soares (2000), destacando o acesso à informação como direito humano, a ação cidadã como dever, indicando as práticas educacionais socioambientais como ferramentas metodológicas para elaboração de produtos de comunicação, sendo empregadas para apoiar educadores e comunicadores a intermediar processos de transformação socioambiental. Para fixar o aprendizado, foi apresentada a síntese da definição de educomunicação, que vem sendo usada para colaborar na compreensão da educomunicação, como um novo paradigma: “é a comunicação com finalidade educativa”.

AS ABORDAGENS EDUCOMUNICATIVAS NOS MÓDULOS DO CURSO

Módulo 1 - Introdução às práticas educomunicativas

Com o objetivo de levar os participantes a observarem as diferenças entre informação e notícia no cotidiano da comunidade, a abordagem inicial colocou em discussão as questões: O que é informação e o que é notícia? Como uma informação vira notícia e passa a ter interesse público? Quais as partes de uma notícia?

Após a apresentação de informações conceituais relacionadas as questões, os participantes foram solicitados a partilhar algum fato do cotidiano da comunidade e refletir sobre a possibilidade de interesse público da informação decorrente do fato relatado. Foram retomadas as informações da dinâmica inicial e aprofundada a partilha dos que disseram gostar de escrever.

Uma particularidade observada na partilha é que, embora tenham acesso a computadores, pelo menos três participantes jovens, declararam preferir escrever de próprio punho. Uma das justificativas sobre a preferência pelo manuscrito foi assim expressa: “[...] escrever é uma forma de memorizar”. Outra justificativa apresentada, foi o receio de perder os dados na internet, por isso preenchem cadernos, que são guardados como tesouros, com textos expressos em vários gêneros: poesia, crônica, romance etc. Alguns deles já tiveram suas produções textuais publicadas na Newsletter do Instituto Juruá.

A atividade prática solicitada foi a produção de textos a partir da questão: Que notícias podemos produzir em nossas comunidades? As narrativas de fatos ocorridos nas comunidades, foram publicadas em uma edição especial de uma revista eletrônica, criada com a finalidade de reunir as produções dos grupos. As temáticas abordadas

foram diversas, tais como festas tradicionais na comunidade, a pandemia do coronavírus, impactos ambientais na paisagem e projetos de incentivo à leitura que são desenvolvidos na comunidade.

Módulo 2 - Produção de spots radiofônicos e podcasts

No conteúdo desta aula foram apresentadas as vantagens e desvantagens na produção e difusão radiofônica, os aplicativos onde se pode escutar os podcasts e as modalidades de produção. Foi feita a audição de vários podcasts que exemplificaram a diversidade de tipos: jornalístico, humorístico, político, de divulgação científica etc; e de produtores, inclusive povos da Floresta a exemplo do podcast *Áudio do Beiradão* feito pelos ribeirinhos da Terra do Meio (Rede Xingu Mais).

O Instituto Juruá colocou em discussão com os participantes o projeto “Vozes do Juruá”, que tem por objetivo produzir podcasts para contar a história do rio Juruá a partir da vivência de seus personagens (moradores, cientistas, organizações sociais ou a própria floresta). Divulgar narrativas de otimismo e esperança para pessoas interessadas na Amazônia, em conservação, em movimentos sociais e populações tradicionais, tendo como fio condutor a história do Médio Juruá.

A prática deste módulo foi a gravação de sons do cotidiano, usando o telefone celular. A atividade resultou na obtenção de áudios que continham, dentre outras: canto de pássaros, ruído de águas de chuva e, o mais inusitado, os sons da descamação e corte de peixe sendo preparado para alimentação. O projeto já foi lançado e se encontra com cinco episódios da temporada 1, que pode ser acessado no perfil do Instituto, no Instagram.

Módulo 3 - Produção de conteúdo para redes sociais

As atividades deste módulo tiveram por objetivo apresentar aos participantes noções básicas de uso e produção de conteúdo para redes sociais, em especial a plataforma Instagram. Foram abordados temas como o conceito, processo e formas de comunicação, conhecimentos básicos sobre utilização de redes sociais, a dinâmica dos veículos de comunicação e noções práticas de produção de conteúdo para meios de comunicação. Bem como foram apresentadas as principais redes sociais utilizadas, com destaque para o Instagram e sua forma de interação, engajamento e postagem. Para isso, foram apresentados exemplos do que é considerada uma boa postagem e outras que seriam inadequadas, quanto ao conteúdo e imagem. Como atividade prática os alunos fizeram a produção de textos e fotografias para as redes sociais que foram postadas no Instagram das organizações associativas.

Módulo 4 - Construção de narrativas audiovisuais

Neste módulo os alunos conheceram a prática educomunicativa de produção de videoclipe ambiental com o uso de músicas de artistas amazônidas que são portadoras de um discurso socioambiental (OLIVEIRA, 2010). Para a elaboração da narrativa audiovisual foi usada a música “Quadro Desbotado”, de autorias de Célio Cruz, Zé Miguel e Sérgio Salles, que aborda explicitamente a degradação florestal da paisagem natural. Na análise textual realizada foi revelador o potencial do discurso desta música para discutir o aprendizado comportamental em relação a ação cidadã.

Porém, como nas partilhas, os comunicadores disseram terem recebido demandas de produção audiovisual, decidiu-se que o exercício prático, seria a produção de um vídeo para atender uma demanda específica de divulgação do Festival Gosto da Amazônia, evento

gastronômico, que se realizou em restaurantes do Rio de Janeiro e promoveu pratos preparados com o pirarucu, peixe manejado pelos pescadores do Juruá.

A produção e finalização do vídeo foi feita à distância, finalizado com a participação de dois representantes do grupo responsável por essa produção. Na edição foi exercitada a criação de um avatar da jovem que gravou a narração do vídeo. As imagens, em vídeo e fotografia, produzidas para a edição, foram compartilhadas no grupo do WhatsApp, que se mantém ativo como importante espaço de trocas entre os participantes que compartilham dúvidas, oportunidades, cursos e ferramentas em comunicação.

Os textos, fotografias e vídeos resultantes da formação são uma pequena mostra das possibilidades de produção de informação de forma dialogada e participativa e sobretudo representativa da realidade local. Produtos de comunicação que podem ser usados para a popularização da Ciência e a educação para o desenvolvimento sustentável e assim contribuir para a mobilização da sociedade para a ação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... o Médio Juruá é um lugar fantástico, a gente tem coisas acontecendo lá que inspiram toda a Amazônia”

(João Vitor Campos Silva – Presidente do Instituto Juruá)

Um dos princípios adotados em processos educomunicativos é que, no trabalho com comunidades, não é adequado que as instituições que fazem intervenção social se pronunciem dizendo estar “dando voz” as comunidades assistidas. Na abertura do curso, o biólogo João Vitor Silva, presidente do Instituto Juruá, disse: “[...] esse curso vem amplificar as vozes do caboclo da floresta, não há ninguém me-

lhor pra cuidar da Amazônia”, uma fala que demonstra o alinhamento da instituição com as práticas educacionais socioambientais, uma vez que se colocam como instituição que quer propagar as vozes das comunidades, com a participação da comunidade na elaboração de produtos de comunicação.

Ao analisarmos o processo formativo que envolveu jovens de comunidades extrativistas, participantes do curso “Práticas educacionais socioambientais aplicadas à promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia”, também se pretende amplificar essas vozes, as ideias e ideais de amazônidas que vivenciam os desafios da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS:

AGENDA 2030. Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - **UNIC Rio**, Edição de 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: 03.mar.2018.

BELTRÃO. S.L.L. et all. **ORIENTAÇÕES E DINÂMICAS PARA AS OFICINAS DO PROJETO AMAZOCOM**: Cardápio de Ferramentas. Rio Branco, AC: Embrapa Acre, 2019. (Documentos / Embrapa Acre, 161).

FUNDAÇÃO Banco do Brasil. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/pratica-educomunicativa-de-producao-de-videoclipe-ambiental-com-musicas-amazonidas>. Acessado em 24 de fev. de 2023.

MACHADO, C. Capacitação em educação é realizada no Médio Juruá em parceria com Embrapa. Julho 8, 2021. Disponível in: <https://institutojuruu.org.br/capacitacao-emeducomunicacao-e-rea>

[lizada-no-medio-jurua-em-parceria-com-embrapa/](#). Acesso: 03 fev 2022.

OLIVEIRA, V. B. V. ABC da ciência: práticas educacionais no programa Embrapa & Escola em Rondônia. In: IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, 2017, Balneário Camboriú. Caderno II: **Anais** do IX FBEA. São Paulo: RevBEA, 2017. v. II. p. 618-619.

OLIVEIRA, V. B. V.; ANDRADE, C. S. C. Produção do videoclipe “Sabor Amazônia” em Oficina de Educação Socioambiental, com alunos da Escola E. Murilo Braga, em Porto Velho, RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE (INTERCOM), 17, 2018, Vilhena-RO. **Anais...** [Vilhena: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação], 2018. 14 p.

OLIVEIRA, V. B. V. Educação socioambiental na prática: Valorização da castanha-da-amazônia por alunos de Escola Família Agrícola (EFA), em Rondônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 43, 2020, Salvador - BA. **Anais...** [Virtual: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação], 2020. Disponível in: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2911-1.pdf>

SOARES, I. de O. Educação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, (19), 12-24, 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i19p12-24>.

2 - Relação de Organizações participantes e seus perfis em rede social.

Nome da Associação	Perfil no Instagram
Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá	@asmamj.mulheres
Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá	@codaemj
Casa Familiar Rural	@casa_familiar_rural_carauari
Associação dos Moradores Agroextrativista de Desenvolvimento Sustentável Uacari	@associacao.amaru
Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá	@fundomediojurua
Associação dos Produtores Rurais de Carauari	@asprocmediojurua

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comunicação 13, 14, 15, 17, 18, 23, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Comunidade 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 59, 61, 65, 68, 69, 70, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 91, 94, 101, 109, 110, 112, 113, 114, 117

Comunitária 13, 14, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 62, 64, 68, 69, 75, 76, 78, 80, 83, 84, 88, 89, 92, 94, 108, 125, 128, 129

D

Desenvolvimento 15, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 41, 44, 45, 47, 52, 58, 59, 62, 68, 69, 71, 75, 76, 84, 88, 89, 93, 98, 104, 105, 106, 108, 112, 116, 117

E

Educação 1, 3, 13, 14, 15, 21, 32, 33, 43, 49, 53, 55, 58, 60, 86, 87, 88, 93, 95, 96, 97, 100, 102, 104, 105, 110, 118, 125, 126

Estudantes 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 39, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 88, 89, 90, 95, 97, 98, 99

M

Mídia 1, 3, 13, 18, 19, 20, 21, 24, 32, 54, 55, 124, 125

P

Pesquisa 13, 15, 20, 33, 37, 38, 46, 50, 51, 58, 59, 68, 105, 108, 124, 125, 126, 128, 129

Popular 13, 17, 57, 103, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Programa 13, 37, 43, 45, 49, 90, 118

Projeto 14, 24, 26, 38, 39, 40, 46, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 78, 79, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 114, 129

S

Social 13, 14, 18, 19, 22, 28, 34, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 58, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 100, 101, 107, 108, 111, 116, 117, 120, 126, 127

U

Universidade 13, 14, 17, 37, 38, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 56, 58, 59, 64, 67, 68, 70, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 99, 100, 103, 124, 125, 126, 127, 128, 129

SOBRE AS/OS ORGANIZADORAS/ES

Maria Cristina Gobbi

Pesquisadora de Produtividade do CNPq - nível 2. Livre-Do-cente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina (2014) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Concluiu o Pós-doutorado (2008) no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), gestão 2019-2021-2023. Bolsista (Processo 22/08397-6) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Professora Associada (RDIDP) da UNESP, nos cursos de graduação e nos programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Mídia e Tecnologia, desde 2008. Foi chefe do Departamento de Comunicação Social da Unesp (2017-2019). Diretora Administrativa (2023-2025) da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) e editora da Revista da Alaic. Diretora Administrativa (gestão 2013-2016) da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM). Diretora de Documentação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), gestão 2008-2011. Consultora ad-hoc INEP/MEC. Coordenadora do Grupo Pensamento Comunicacional Latino-Americano Pesquisa (PCLA), registrado no CNPq, desde 2000. Ganhadora do Prêmio Luiz Beltrão - Maturidade Acadêmica, da INTERCOM (2014). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5629-5010>.

Luzia Mitsue Yamashita Deliberador

Graduada em Ciências Doméstica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz/ Universidade de São Paulo. Mestrado e Doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Professora aposentada do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (1974 - 2005). Professora no Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação Popular e Comunitária (2003 a 2018). Disciplinas: Práticas Educativas e Comunicação, e Comunicação e Cidadania. Professora do Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da Faculdades Maringá/ Maringá-Paraná de 2005 a 2020. Disciplinas: Comunicação comunitária I e II e Mídia e Educação I e II. Pró-Reitora de Extensão à Comunidade, na Universidade Estadual de Londrina, de 1986 -1990. Foi Vice-reitora da Universidade Estadual de Londrina, Gestão 1990 - 1994. Vice-líder do Grupo de Pesquisa COMUNI do CNPQ - Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local, desde 2005. Diretora Científica da ABPCOM - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã Gestão 2019/2021. Vice-presidente da ABPCOM - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Gestão 2021/2023. Grupo de Pesquisa do Meio University de Nago/ Okinawa/Japão, desde 2015. Pesquisa Aculturação e inserção dos okinawanos em Londrina e Peru. Diretora de Ensino e Extensão do Centro Universitário Cidade Verde - Maringá/ Paraná, desde dezembro de 2022. Coordenadora do Grupo de Idosos Japoneses com aproximadamente 200 idosos, a Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL, desde dezembro de 1998 até a presente data, como Trabalho voluntário. Vice-presidente da ACEL, de 2016 - 2022. Presidente da ACEL, desde janeiro de 2022. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1599-5905>.

Ingrid Gomes Bassi

Pós-doutora em Comunicação Social, na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), desenvolveu a pesquisa: Propostas de emancipação cidadã; Experiências do agir local e social a partir das memórias autobiográficas de Gandhi, Luther King Jr. e Mandela, supervisionada pela pesquisadora Cicilia K. Peruzzo, 2017. Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins, 2022. Doutorou-se em Processos Comunicacionais, pela Umesp, com ênfase em Comunicação e Alteridade. Mestre pela mesma instituição superior. Especialista em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Jornalista pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atualmente é Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará no curso de Jornalismo no Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva - Profei. Líder do Grupo de Pesquisa: Discursividade e Estudos das Comunicações Contemporâneas e Membro do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Cidadania - COMUNI. É Diretora Científica da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã - ABPCom. É coordenadora do GP 9 da Intercom, Comunicação, Alteridade e Diversidade (2022-2024). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6501-3721>.

Mariana Ferreira Lopes

Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/Unesp) com pesquisa na área de educomunicação, teorias da comunicação e experiência estética. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela mesma instituição com pesquisas sobre comunicação, educação e cidadania e responsável pelos projetos de intervenção de educação midiática no ensino fundamental. Jornalista pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é colaboradora externa da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) na disciplina de Comunicação Comunitária e do Programa de Extensão de Ação Contínua de Comunicação Comunitária. Também é líder de comunicação da Sala de Situação de Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, onde atua na interface entre comunicação, mobilização social e vigilância em saúde. É membra do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Cidadania - COMUNI. Participa dos grupos de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB e do Coletivo ComFreire. É Diretora Cultural e de Projetos da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7994-0086>.

Rozinaldo Antonio Miani

Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo. Graduado em História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL/PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). É Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM). Pesquisador nas áreas de comunicação popular e comunitária; história da mídia alternativa; movimentos sociais e populares; humor gráfico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0014-316X>.

Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior

Diretor de Comunicação e Relações Públicas da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), gestão 2019 - 2021; 2021-2023. Atuou como professor bolsista no curso de Jornalismo da Unesp-Bauru, nas disciplinas de Introdução ao Jornalismo, Teorias da Comunicação e Jornalismo Especializado e professor voluntário na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) na disciplina de planejamento gráfico. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Campus Bauru, sendo bolsista DS-CAPES, com Doutorado Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, investigando sobre a temática da imprensa gay latinoamericana. Graduado em Jornalismo e pela Universidade Metodista de São Paulo

(UMESP). Possui formação complementar no curso Leading Digital Transformation, no Massachusetts Institute of Technology Professional Education, MIT PROF. EDU., Estados Unidos. Desenvolveu pesquisa sobre o jornal Lâmpião da Esquina, vinculado ao Programa de Bolsas PIBIC/CNPq (2009-2010). Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo (2018), com o projeto “Vestígios de junho: o ethos discursivo composto nas manifestações de 2013, em São Paulo” com bolsa integral CAPES-PROSUP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0799-4370>.

Suelen de Aguiar Silva

Professora universitária dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Estácio de Sá, Psicanalista didata, doutora e mestre pela Universidade Metodista de São Paulo, graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá (2005). Tem experiência em atendimento e criação publicitária, *webdesign*, produção e gestão de conteúdo para mídias digitais. Realiza assessoria em comunicação e marketing. Pesquisadora dos processos comunicacionais com foco na comunicação comunitária, alternativa, popular e mídia local. Integrante do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI), coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, Secretária Executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM) e diretora pedagógica do Instituto de Estudos do Psiquismo (IEP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9579-1014>.

São Paulo, v.1, 2023

0
1

CADERNOS ABPCOM

Mídia Cidadã na interface com a Educação

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,
Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065

